

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
MBA EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GABRIEL FERNANDES DE SOUZA

Tensões no Mar do Sul da China: a ascensão naval chinesa em face da hegemonia dos
EUA no Indo-Pacífico
Área de Concentração: Relações Internacionais e Estudos Estratégicos

Niterói
2025

GABRIEL FERNANDES DE SOUZA

**TENSÕES NO MAR DO SUL DA CHINA: A ASCENSÃO NAVAL CHINESA EM
FACE DA HEGEMONIA DOS EUA NO INDO-PACÍFICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal Fluminense, como requisito para a conclusão do MBA em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof. Dr(a). João Rafael Gualberto de Souza Moraes _____

Niterói
2025

**Ficha de Avaliação de Trabalho de Conclusão do MBA em Estudos Estratégicos e
Relações Internacionais**

Título do Trabalho: Tensões no Mar do Sul da China: A ascensão naval chinesa em face da hegemonia dos EUA no Indo-Pacífico

Aluno/a: Gabriel Fernandes de Souza

Semestre Letivo:

AVALIADORES

Professor(a) Dr. João Rafael Gualberto de Souza Morais (Avaliador 01)

Professor(a) Dr(a). Raquel dos Santos Missagia (Avaliador 02)

Notas dos Avaliadores	
Avaliador 01	
Avaliador 02	
Nota Final	

AGRADECIMENTOS

Ao Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, instituição à qual tenho a honra de pertencer, pela oportunidade de realizar a pós-graduação em Estudos Estratégicos e Relações Internacionais, pela formação profissional e pelos valores de disciplina, honra, competência, determinação e profissionalismo que nortearam toda a minha trajetória e que se refletem na realização deste trabalho.

Ao Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST/UFF), por toda a estrutura e todo apoio, bem como pela oportunidade de aprofundar o conhecimento no campo das Relações Internacionais e dos Estudos Estratégicos, experiência acadêmica que se mostrou fundamental para o desenvolvimento deste estudo.

Ao Professor Dr. João Rafael Gualberto de Souza Morais, pela orientação segura, pelas valiosas contribuições teóricas e metodológicas, e pela constante disponibilidade em guiar esta pesquisa com rigor acadêmico e clareza intelectual.

À minha esposa e família, pela paciência, incentivo e apoio incondicional ao longo de todo o processo, especialmente nos momentos em que o tempo dedicado ao estudo e à escrita exigiu abdições. Este trabalho é também resultado do carinho, da compreensão e da força que sempre me proporcionaram.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a consecução e conclusão deste projeto.

“Transportai um punhado de terra todos os dias e fareis uma montanha.”

(Confúcio)

RESUMO

A crescente rivalidade estratégica entre China e Estados Unidos no Mar do Sul da China representa o fenômeno mais significativo e impactante das Relações Internacionais contemporâneas, influenciando a configuração do sistema internacional e a dinâmica de poder no Indo-Pacífico. Este trabalho analisa as tensões sino-americanas sob a ótica teórica do Realismo, com ênfase no neorrealismo e em conceitos como equilíbrio de poder, dilema de segurança e Armadilha de Tucídides, a fim de compreender os fatores estruturais que moldam a competição entre uma potência estabelecida e uma emergente. Adota-se uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, examinando a ascensão chinesa, a manutenção da hegemonia norte-americana e os desdobramentos estratégicos na região, incluindo a militarização de rotas marítimas e a reconfiguração de alianças. O estudo dedica atenção particular ao impacto dessas transformações sobre o emprego dos Corpos de Fuzileiros Navais (CFN), investigando como Estados Unidos e China adaptaram suas forças anfíbias em termos doutrinários, estruturais e tecnológicos para operar em ambientes litorâneos contestados. Discute-se, ainda, as implicações para o Brasil, cuja posição geopolítica e responsabilidades no Atlântico Sul demandam uma reflexão sobre modernização de capacidades, dissuasão e interoperabilidade. Os resultados indicam que a competição sino-americana transcende o campo econômico e assume contornos políticos, normativos e militares, refletindo uma disputa pela definição da ordem internacional no século XXI. Conclui-se que esse antagonismo impõe desafios diretos e indiretos ao Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais do Brasil, ao demandar maior capacidade de projeção expedicionária, interoperabilidade com forças parceiras, atualização de doutrinas para cenários A2/AD e modernização de meios navais e anfíbios, a fim de assegurar a defesa do Atlântico Sul e a proteção dos interesses nacionais frente a um ambiente estratégico cada vez mais volátil.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Realismo; Indo-Pacífico; Rivalidade Sino-Americana; Corpo de Fuzileiros Navais.

ABSTRACT

The growing strategic rivalry between China and the United States in the South China Sea stands as the most significant and impactful phenomena in contemporary International Relations, shaping the configuration of the international system and the balance of power in the Indo-Pacific. This study analyzes Sino-American tensions through the theoretical lens of Realism, with emphasis on neorealism and key concepts such as balance of power, security dilemma, and the Thucydides Trap, in order to understand the structural factors driving competition between an established and a rising power. A qualitative approach is adopted, based on bibliographic and documentary research, examining China's rise, the maintenance of U.S. hegemony, and the strategic developments in the region, including the militarization of maritime routes and the reconfiguration of alliances. Particular attention is devoted to the impact of these transformations on the employment of Marine Corps forces, analyzing how the United States and China have adapted their amphibious capabilities in doctrinal, structural, and technological terms to operate in contested littoral environments. The findings indicate that this antagonism generates direct and indirect challenges for Brazil's Marine Operating Task Groups, requiring enhanced expeditionary projection, interoperability with partner forces, updated doctrines for A2/AD scenarios, and modernization of naval and amphibious assets to ensure the defense of the South Atlantic and the protection of national interests in an increasingly volatile strategic environment.

Keywords: International Relations; Realism; Indo-Pacific; Sino-American Rivalry; Marine Corps.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Distribuição de tropas nas operações do Golfo Pérsico (1990-1991)	p. 25
Figura 2 – Expansão da União Europeia e da OTAN após o fim da Guerra Fria	p. 27
Figura 3 – Participantes oficiais da BRI por ano de entrada	p. 38
Figura 4 – Evolução cronológica da doutrina militar chinesa pós-1949	p. 46
Figura 5 – Número de exercícios bilaterais realizados por China e EUA no Indo-Pacífico (2003-2022)	p. 57
Figura 6 – Localizações das principais instalações estratégicas militares dos EUA nas primeiras cadeias de ilhas do Indo-Pacífico	p. 59
Figura 7 – Desenvolvimento do Corpo de Fuzileiros Navais do EPL (1980-2019)	p. 63
Figura 8 – Organização doutrinária dos Regimentos Litorâneos de Fuzileiros Navais (MLR)	p. 68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2/AD	<i>Anti-access/Area Denial</i>
AIIB	Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BRI	Iniciativa <i>Belt and Road</i>
CFN	Corpo de Fuzileiros Navais
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
EABO	<i>Expeditionary Advance Base Operations</i>
EPL	Exército Popular da Libertação
FOIP	<i>Free and Open Indo-Pacific</i>
IA	Inteligência Artificial
IPEF	<i>Indo-Pacific Economic Framework</i>
LCT	Componente de Combate Litorâneo
LLAB	Batalhão Litorâneo de Defesa Antiaérea
LLB	Batalhão Logístico Litorâneo
LOCE	<i>Littoral Operations in Contested Environments</i>
MAD	Destruição Mútua Assegurada
MLP	Programa de Médio e Longo Prazo para o Desenvolvimento da Ciência e
MLR	<i>Marine Littoral Regiments</i>
OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P & D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
STEM	Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática

TTP	Técnicas, Táticas e Procedimentos
UE	União Europeia
USMC	<i>United States Marine Corps</i>
ZEE	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O SISTEMA INTERNACIONAL E A HEGEMONIA DOS EUA NO PÓS-GUERRA FRIA	14
2.1 Recorte Teórico-Metodológico	14
2.2 A Armadilha de Tucídides	18
2.3 A Hegemonia Americana no Pós-Guerra Fria	23
3 A ASCENSÃO CHINESA EM FACE DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA	30
3.1 Origens históricas e a ascensão do “<i>Sleeping Dragon</i>”	30
3.2 Grandes projetos estratégicos e a expansão da influência global e regional chinesa	36
3.3 Desenvolvimento e modernização militar da China	43
4 MILITARIZAÇÃO DO MAR DO SUL DA CHINA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O EMPREGO DE FUZILEIROS NAVAIS	51
4.1 Militarização e Dilema de Segurança no Mar do Sul da China	51
4.2 Adaptações dos Corpos de Fuzileiros Navais ao antagonismo Sino-Americano no Mar do Sul da China	61
4.2.1 A Evolução do Corpo de Fuzileiros Navais da China	61
4.2.2 Adaptações do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA (USMC) à conjuntura no Indo-Pacífico	67
5 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	76

1 INTRODUÇÃO

A ascensão da China como potência global e a crescente intensificação de sua rivalidade com os Estados Unidos constituem um dos fenômenos centrais do sistema internacional contemporâneo. O reposicionamento estratégico de Pequim, a reconfiguração das cadeias de valor globais, os avanços tecnológicos e a projeção de poder no Indo-Pacífico vêm impondo transformações estruturais na ordem internacional vigente, marcada até então pela hegemonia norte-americana desde o fim da Guerra Fria. Neste contexto, o Mar do Sul da China emerge como um espaço geoestratégico de particular relevância, ao mesmo tempo vetor e expressão dessa nova configuração, caracterizado por uma crescente congestão militar e por um agudo dilema de segurança entre as duas principais potências do século XXI.

Este trabalho tem por objeto de estudo a dinâmica do antagonismo sino-americano no Mar do Sul da China, com especial atenção às implicações desse cenário para o emprego dos Corpos de Fuzileiros Navais (CFN), em particular no que concerne às transformações doutrinárias, materiais e operacionais que essa conjuntura impõe às forças anfíbias. Parte-se da compreensão de que, diante da intensificação das disputas por controle e influência em espaços marítimos estratégicos, o papel dos CFN tende a ser amplificado, uma vez que essas forças combinam flexibilidade, poder de dissuasão e capacidade de projeção em ambientes litorâneos.

O recorte temporal adotado abrange o período pós-Guerra Fria, com ênfase nas duas primeiras décadas do século XXI, quando a ascensão chinesa se consolidou como fenômeno incontornável e sua projeção regional assumiu contornos de rivalidade direta com os Estados Unidos. O recorte espacial concentra-se no Mar do Sul da China, mas dialoga com dinâmicas globais que envolvem o Indo-Pacífico em sentido mais amplo e suas repercussões potenciais sobre o Atlântico Sul, com destaque para os interesses e desafios do Brasil nesse contexto.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, orientada pela análise bibliográfica e documental. O trabalho baseia-se em autores clássicos e contemporâneos das Relações Internacionais, com ênfase na tradição realista, sobretudo nas vertentes neorrealista e ofensiva, além de incorporar literatura especializada sobre segurança internacional, geopolítica, estratégia marítima e estudos de defesa. São também mobilizadas fontes oficiais, relatórios estratégicos e documentos institucionais que contribuem para a compreensão das transformações materiais e doutrinárias em curso nos corpos de fuzileiros da China, dos Estados Unidos e do Brasil.

A justificativa da pesquisa reside na relevância crescente das dimensões marítima e anfíbia no cenário geopolítico atual. A projeção de poder por via marítima, a disputa por

recursos e rotas estratégicas, e a importância das zonas litorâneas como epicentros de tensão internacional colocam os Corpos de Fuzileiros Navais como protagonistas de uma nova lógica operacional. Entender como potências como China e Estados Unidos estão adaptando essas forças à nova realidade geopolítica oferece subsídios valiosos para o Brasil, país de dimensões continentais, com extensa faixa costeira, rica Zona Econômica Exclusiva e compromissos constitucionais com a defesa de seus interesses no Atlântico Sul. Assim, ao investigar os desdobramentos da rivalidade sino-americana a partir de uma perspectiva teórica e estratégica, este trabalho contribui não apenas para o entendimento da reconfiguração da ordem internacional, mas também para o aprimoramento das capacidades nacionais de defesa e dissuasão, em especial no âmbito do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil.

A estrutura deste trabalho organizar-se-á em três capítulos. No primeiro, apresenta-se o arcabouço teórico que fundamenta a análise, com base no pensamento realista das Relações Internacionais. São discutidos conceitos-chave como anarquia sistêmica, equilíbrio de poder, dilema de segurança e Armadilha de Tucídides, com o intuito de oferecer ao leitor um instrumental analítico capaz de compreender as dinâmicas de competição entre potências. A ênfase recai sobre os efeitos estruturais do sistema internacional no comportamento dos Estados e sobre os riscos inerentes aos períodos de transição hegemônica.

O segundo capítulo trata da ascensão chinesa enquanto potência global, analisando suas raízes históricas, os processos de modernização econômica e tecnológica, e os instrumentos geoestratégicos empregados por Pequim, como a Iniciativa *Belt and Road*. São examinadas as mudanças estruturais provocadas pela emergência da China no sistema internacional e as respostas norte-americanas diante desse novo equilíbrio de poder. O capítulo também evidencia como a disputa entre as duas potências ultrapassa o campo econômico, configurando-se como uma competição por liderança global em setores estratégicos, inclusive o poder militar e por influência normativa na definição da ordem internacional do século XXI.

O Capítulo 3 aprofunda a análise da militarização do Mar do Sul da China, observando seus efeitos sobre o emprego dos Corpos de Fuzileiros Navais. São discutidos os aspectos materiais e operacionais da disputa sino-americana na região, com destaque para a construção de ilhas artificiais, a expansão de capacidades A2/AD, os exercícios navais, a formação de alianças militares como o QUAD e o AUKUS e as recentes transformações estruturais dos CFN de ambos os países. O capítulo também propõe uma reflexão sobre os impactos dessa conjuntura para o CFN do Brasil, indicando caminhos para a modernização doutrinária e tecnológica diante dos novos cenários de conflito e dissuasão.

2 O SISTEMA INTERNACIONAL E A HEGEMONIA DOS EUA NO PÓS-GUERRA FRIA

O presente capítulo tem por objetivo examinar a constituição, funcionamento e transformações do Sistema Internacional a partir da ótica teórica do Realismo, com ênfase na vertente neorrealista. Para tanto, parte-se da definição do sistema de Estados e de sua estrutura anárquica, destacando-se os efeitos sistêmicos sobre o comportamento dos Estados, a centralidade do poder e os limites da cooperação internacional. Em seguida, analisa-se o conceito de equilíbrio de poder e a Armadilha de Tucídides, conforme sistematizada por Graham Allison, como lentes explicativas para compreender dinâmicas de competição e conflito entre potências estabelecidas e emergentes. Por fim, aborda-se a hegemonia dos Estados Unidos no cenário pós-Guerra Fria, investigando sua ascensão ao status de superpotência unipolar e os mecanismos de manutenção da ordem internacional sob sua liderança, com base em projeção de poder, institucionalização da influência e disseminação de valores liberais.

2.1 Recorte Teórico-Metodológico

Primeiramente, para se analisar o Sistema Internacional, é necessário definir como ele se constitui. O ponto de partida das Relações Internacionais é a existência de Estados — comunidades políticas independentes, cada uma das quais possui um governo e afirma sua soberania sobre uma parte da superfície terrestre e sobre um segmento da população humana (Bull, 1977, p.13). No entanto, ao se avaliar o processo histórico, observa-se que diversas formas e possibilidades de organização social e política já foram adotadas, não sendo os Estados a única forma histórica. Nesse contexto, Spruyt (1994) argumenta que o processo de emergência do Estado não foi linear: essa forma de organização social e política prevaleceu sobre as demais por demonstrar maior capacidade de mobilização de recursos e, consequentemente, maior eficácia frente aos constantes testes impostos pelas guerras e conflitos. Assim, a natureza do sistema internacional teria determinado a organização de suas unidades constitutivas, resultando em uma seleção competitiva.

Enfatizando uma abordagem complementar acerca da mundialização do sistema de Estados, Bull (1977) argumenta que o processo de formação do sistema internacional ocorreu como consequência da expansão dos Estados europeus pelo mundo, incorporando diferentes sistemas internacionais regionais. A estrutura político-jurídica do Estado soberano constituiu-

se tanto instrumento quanto símbolo dessa expansão, evidenciada por eventos como a independência dos Estados Unidos, do Brasil e das colônias hispânicas nas Américas. Esse processo consagrou a estrutura jurídico-política do Estado como o padrão dominante de organização política, inicialmente europeu e, posteriormente, mundial, consolidado a partir da Paz de Westfália (1648).

Com o intuito de iniciar a exploração do funcionamento desse sistema de estados, torna-se necessário não só conhecer sua constituição e processo histórico de formação, como também possuir uma definição clara, concisa e precisa acerca do sistema, conforme apresenta Bull (1977) no seguinte trecho:

Um sistema de estados se forma quando dois ou mais estados tem suficiente contato entre si, com impacto recíproco nas suas decisões, de tal forma que se conduzam, pelo menos até certo ponto, como partes de um todo. Dessa forma, quando os estados mantem contato regular entre si, e quando além disso a sua interação é suficiente para fazer com que o comportamento de cada um deles seja um fator necessário nos cálculos dos outros, podemos dizer que formam um sistema. (Bull, 1977, p. 15).

As interações entre os Estados no Sistema Internacional constituem objeto central de análise no campo das Relações Internacionais, que conta com diversas correntes teóricas empregadas como lentes interpretativas para compreender o comportamento estatal e a dinâmica da política internacional. Entre essas abordagens, destaca-se o Realismo, paradigma que enfatiza o papel do Estado, a busca pelo poder e a condição de anarquia que caracteriza o sistema internacional. Fundamentado em uma visão pessimista da natureza humana, o Realismo adota uma perspectiva racional e pragmática acerca das relações entre os atores estatais. Ao longo do século XX e início do século XXI, importantes pensadores têm contribuído para o desenvolvimento e o aprimoramento desse arcabouço teórico, promovendo debates que delineiam diferentes vertentes e interpretações dentro desta corrente teórica.

Dentre as vertentes do realismo, o neorrealismo — também conhecido como realismo estrutural — ganhou destaque com as contribuições de Kenneth Waltz, que reformulou os fundamentos do realismo clássico ao deslocar a ênfase da natureza humana e da luta pelo poder para a estrutura do sistema internacional e seus efeitos sobre o comportamento dos estados. Nesse escopo, Waltz (1979) afirma que este sistema é composto por uma estrutura, constituindo-se de uma abstração, e pelas unidades que o compõem, os estados. Esta estrutura seria definida com base em três fatores: no princípio pelo qual é ordenada; pela especificação das funções de suas unidades e pela distribuição das capacidades destas unidades.

Com relação à estrutura, Waltz (1979) ressalta que o princípio de ordenamento da estrutura do sistema internacional é anárquico, ou seja, sem uma autoridade central acima das unidades constituintes, caracterizando a política internacional como uma política sem governo. Ao contrário dos indivíduos que vivem no seu interior, os estados soberanos não estão sujeitos a um governo comum, e que neste sentido existe uma “anarquia internacional” (Bull, 1977, p.57). Esta estrutura anárquica e descentralizada faz com que os estados necessitem assumir que estão operando em um sistema antagonístico e competitivo, passando a atuar em uma lógica de autoajuda (*self help*) visando garantir seu objetivo primordial, a sobrevivência. Ademais, tendo em vista que os estados desempenham tarefas comuns, visando primordialmente sua segurança e sobrevivência, pode-se inferir uma similaridade funcional entre as unidades do sistema. Por fim, o sistema internacional é caracterizado por uma distribuição desigual de capacidades, mensuradas de acordo com os recursos de poder dos estados.

A estrutura em si, não obstante seja um construto abstrato, afeta diretamente o funcionamento do sistema. De acordo com Waltz (1979), os efeitos sistêmicos desta estrutura determinam a natureza das unidades constitutivas, os estados, gerando padrões de comportamentos similares, de forma que as pressões estruturais anárquicas, através da socialização e competição, geram a homogeneização, direcionando os atores a uma uniformidade funcional. De forma ampla, os estados “mimetizam” uns aos outros, de tal maneira que as estratégias militares e econômicas dos maiores competidores irão se assemelhar e influenciar todos os demais, levando-se em conta as contingências de cada estado.

Os efeitos sistêmicos e estruturais e seus efeitos sobre o comportamento dos estados são descritos de forma abrangente por Mearsheimer (2003), na seguinte passagem:

A estrutura do sistema internacional força os estados a buscarem somente sua segurança, ainda que precisem agir agressivamente em relação aos demais. Três características do sistema internacional se combinam para causar o temor entre os estados: 1) a ausência de uma autoridade central que se encontre acima dos estados e possa protegê-los uns dos outros; 2) o fato de os estados sempre possuírem alguma capacidade militar ofensiva; e 3) o fato de que os estados nunca podem ter certeza acerca das intenções dos demais. Dessa forma, os estados reconhecem que quanto mais poderosos são em relação aos seus possíveis rivais, melhores suas chances de sobrevivência. (Mearsheimer, 2003, p. 3, tradução nossa).

Esse temor entre os estados é um elemento marcante dos efeitos estruturais sobre o seu comportamento. Conforme exposto por Mearsheimer (2003), o temor deriva do fato de que todos possuem alguma capacidade militar ofensiva que pode vir a ser utilizada, este fator, somado à opacidade dos agentes, faz com que eles se encarem com suspeita, preocupando-se de que algo está por vir e antecipando o perigo. Isso faz com que haja pouquíssimo espaço para

confiança e cooperação entre eles. Este temor subsidia o conceito de “dilema de segurança”, cuja essência consiste no fato de que as medidas que um estado toma para aumentar seu nível de segurança, geralmente, diminuem a segurança dos outros Estados. Dessa forma, se torna difícil para um estado aumentar suas chances de sobrevivência sem ameaçar a sobrevivência dos demais (Mearsheimer, 2003, pp.35-36, tradução nossa).

Nota-se que a prioridade da busca e maximização do poder faz da anarquia sistêmica um elemento fundamental na análise das relações internacionais através da lente realista. Nesse aspecto, Carr (1939) afirma que a política é, em certo sentido, sempre política de poder, sendo este um instrumento indispensável de governo, dividindo-o em três categorias: poder militar, poder econômico e poder sobre a opinião. Embora não se possa definir a política em termos de poder, é seguro dizer-se que o poder é sempre um elemento essencial da política (Carr, 1939, p.135).

Mearsheimer (2003) o representa como um conjunto de ativos específicos ou recursos materiais que estão disponíveis para um estado, dividindo-o em dois tipos: poder latente e poder militar. O primeiro representa os recursos sociais que os estados têm disponíveis para produzir forças militares, componentes do segundo tipo. Estes tipos de poder são apresentados por Mearsheimer (2003) como poder potencial e poder efetivo, respectivamente, uma vez que em política internacional o poder efetivo de um estado é, em última análise, uma função de suas forças militares e como elas podem ser comparadas com as forças militares dos demais. Os principais pontos apresentados podem ser sumarizados no seguinte trecho:

[...] É importante distinguir entre poder potencial e poder efetivo. O poder potencial de um estado é baseado no tamanho de sua população e no nível de sua riqueza. Estes dois ativos são os principais pilares do poder militar. Rivais ricos com grandes populações geralmente produzem formidáveis forças militares. O poder efetivo de um estado é assegurado primordialmente no seu exército e nas forças aéreas e navais que o apoiam. Os exércitos são o ingrediente central do poder militar, visto que eles são o principal instrumento para controle e conquistar território – o objetivo político supremo em um mundo de estados territoriais. Em suma, o componente chave do poderio militar, mesmo na era nuclear, é o poder terrestre. (Mearsheimer, 2003, p. 43, tradução nossa).

Estas propriedades de anarquia internacional, competitividade e temor, fazendo com que os estados se comportem de uma forma a priorizar a busca pelo poder e dos seus interesses nacionais geram dificuldades para a manutenção de uma paz duradoura e para o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva. O pressuposto utópico de que existe um mundo interessado na paz, que é identificável ao interesse individual de cada nação, ajudou os políticos e escritores políticos de toda parte a fugirem da existência de divergências

fundamentais de interesses entre as nações desejosas de manterem o *status quo*, e as nações desejosas de mudá-lo (Carr, 1939, p.72).

A análise empreendida permite concluir que o Sistema Internacional, à luz da corrente neorrealista das Relações Internacionais, permanece estruturado por uma lógica anárquica, na qual os Estados soberanos atuam como principais unidades do sistema, guiados predominantemente pela busca de sobrevivência e segurança através da maximização de poder. A centralidade do interesse nacional, a opacidade e a desconfiança entre as unidades, acarretando uma limitada capacidade de cooperação internacional são elementos persistentes na interpretação da ordem global segundo essa lente teórica.

2.2 A Armadilha de Tucídides

Como consequência das interações entre os Estados, emerge um conceito central para a corrente realista e de extrema relevância para a compreensão das fissuras e transformações na configuração do sistema internacional: o equilíbrio de poder. A aspiração de poder por parte de várias nações, em que cada uma tenta alterar ou manter o *status quo*, leva necessariamente a uma configuração que é chamada de equilíbrio de poder, bem como a políticas que se destinam a preservá-lo (Morgenthau, 1948, p.321).

Esse equilíbrio pode surgir tanto por meio de ações coordenadas entre os Estados quanto como resultado espontâneo das dinâmicas entre os atores internacionais. As balanças de poder tendem a formar-se quer alguns ou todos os estados conscientemente visem estabelecer e manter uma balança de poder, ou quer alguns ou todos os estados visem o domínio universal (Waltz, 1979, p.166). Ademais, Morgenthau (1948) ressalta que o equilíbrio de poder é não só inevitável, como também um elemento estabilizador essencial em um sistema de estados soberanos. A política da balança de poder prevalece onde quer que dois, e apenas dois, requisitos existam: que a ordem seja anárquica e que seja povoada por unidades que desejam sobreviver (Waltz, 1979, p.168). O equilíbrio de poder vigente, pode, por diversos motivos e ocasiões, apresentar fissuras e perturbações, as quais podem levar ao desencadeamento de guerras e conflitos entre estados.

Dentro desse contexto, Allison (2020) utiliza dos conceitos expostos pelo historiador ateniense Tucídides, primeira referência histórica referenciada pela escola Realista das Relações Internacionais, em seu célebre livro *História da Guerra do Peloponeso*, no qual apresenta quais forças levaram Atenas e Esparta a colidir após a união de seus exércitos contra os persas, demonstrando que a inexorável ascensão de Atenas e a sensação de ameaça crescente

de Esparta pelo abalo à sua predominância na Grécia foram as responsáveis pelo desencadeamento do conflito. Partindo desta análise, Allison (2020) conceitua a Armadilha de Tucídides: o enorme estresse estrutural causado quando uma potência em ascensão ameaça derrubar a dominante.

Com base neste e em diversos outros exemplos históricos, Allison (2020) destaca que tanto o temor da potência dominante, alimentando percepções errôneas e exagerando os perigos; quanto a autoconfiança da potência em ascensão, estimulando expectativas irreais e incentivando à tomada de riscos, levam à escalada das tensões, podendo acarretar um conflito em larga escala. A História parece apoiar essa tendência para a guerra: em 12 dos 16 casos desde 1500 em que uma potência ascendente rivalizou com uma potência dominante, o resultado foi a guerra.

Dentre os exemplos históricos apresentados, Allison (2020) analisa a confrontação entre Holanda e Inglaterra no século XVII. À época, a primeira era a potência marítima dominante, liderando o comércio internacional, as remessas de produtos e o sistema financeiro. A partir da segunda metade daquele século, contudo, a Inglaterra emergia como potência em ascensão, com uma Marinha em expansão que passou a desafiar a ordem estabelecida pelos holandeses e suas rotas comerciais.

Entre 1649 e 1651, a Inglaterra dobrou o tamanho de sua frota e, neste último ano, promulgou o Ato de Navegação, conferindo-se autoridade exclusiva sobre o comércio com suas colônias e determinando que mercadorias inglesas fossem transportadas apenas por navios ingleses. Essas práticas mercantilistas foram percebidas pela Holanda como ameaças diretas à sua sobrevivência, desencadeando, em 1652, três guerras entre as duas potências em menos de um quarto de século.

Dessa forma, Allison (2020) destaca que o ajuste de instituições, relações e arranjos, em resposta à alteração do equilíbrio de poder, provoca um “atrito transicional” característico de situações propícias à Armadilha de Tucídides. Nessa dinâmica, potências em ascensão tendem a perceber as mudanças institucionais como excessivamente lentas, interpretando tal lentidão como uma tentativa da potência dominante de conter seu crescimento. Por sua vez, as potências estabelecidas acusam o estado revisionista de exagerar em suas demandas, exigindo ajustes mais rápidos do que seria seguro implementar.

Adicionalmente, Allison (2020) aborda o caso histórico das tensões crescentes entre Inglaterra e Alemanha, que acabariam por contribuir significativamente para a deflagração da Primeira Guerra Mundial. A Inglaterra, como berço da Revolução Industrial, tornou-se a “fábrica do mundo”, sendo responsável por quase um terço do comércio e da manufatura

globais ao final do século XIX. Esse desenvolvimento econômico, impulsionado pelo aumento vertiginoso da produtividade e pela disponibilidade exclusiva de recursos naturais e mercados — proporcionada pelas colônias — permitiu seu estabelecimento como a grande potência do século, com destaque para o comércio marítimo e o poder naval.

Allison (2020) reforça que, durante séculos, a política externa inglesa foi pautada na proteção do equilíbrio de poder na Europa continental, opondo-se sistematicamente à potência mais forte, agressiva e dominante do continente. Essa hegemonia e esse papel de moderador passaram a ser ameaçados pelo rápido acúmulo de meios militares por parte da Alemanha, especialmente no tocante à sua Marinha, que dobrou de tamanho em apenas uma década, acompanhada de uma retórica mais ostensiva e ousada por parte de seu novo governante a partir de 1888, Guilherme II.

O temor inglês, típico da *realpolitik*, pode ser exemplificado de forma clara pelo Memorando Crowe, expedido em 1907 e nomeado pelo então especialista do Ministério das Relações Exteriores britânico, sir Eyre Crowe. O documento argumentava que as intenções da Alemanha eram irrelevantes diante de suas capacidades crescentes. Mesmo sem um plano premeditado de dominação, sua posição resultante seria igualmente formidável e ameaçadora.

Dessa forma, Allison (2020) destaca que a principal dinâmica que levou à eclosão da Primeira Guerra Mundial pode ser explicada pela Armadilha de Tucídides, na qual a Inglaterra se via assolada pela ansiedade típica de potências dominantes, enquanto a Alemanha era movida pela ambição e pela indignação características de potências emergentes. Com alianças rígidas e entrelaçadas, a Inglaterra acabou arrastada ao conflito, impulsionada pelo receio de que uma Alemanha sem contenção no continente pudesse, em última instância, ameaçar sua própria sobrevivência.

Com o objetivo de demonstrar outros aspectos motivadores da Armadilha de Tucídides, Allison (2020) analisa o ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, e a consequente entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial. O autor destaca que o Japão se encontrava em um projeto de expansão e busca por hegemonia regional, tendo expulsado a China de Taiwan, anexado a península coreana, ocupado a Manchúria e invadido a própria China continental, reformulando, à sua maneira, a lógica da Doutrina Monroe. Essa expansão ameaçava diretamente a presença e os interesses comerciais norte-americanos no Pacífico, onde os Estados Unidos se faziam presentes desde 1854, com a abertura forçada dos portos japoneses. Tal presença era reforçada pela política de "Portas Abertas", que proibia o monopólio comercial de qualquer potência sobre a China, garantindo a predominância dos interesses econômicos dos EUA na região.

A ascensão do Japão como potência regional desafiante provocou reações por parte dos Estados Unidos, que recorreram a instrumentos econômicos — sanções financeiras e comerciais, além de embargos sobre recursos naturais essenciais, como ferro, cobre e petróleo — para conter o avanço japonês. Em contrapartida, exigiram a retirada japonesa da China. Frente à ameaça existencial representada pela escassez iminente de recursos, o Japão optou por uma resposta militar, lançando o ataque contra a esquadra norte-americana em Pearl Harbor. Allison (2020) utiliza esse episódio para ilustrar como a dinâmica entre uma potência emergente e uma potência estabelecida, conforme descrita pela Armadilha de Tucídides, pode intensificar a competição por recursos estratégicos e levar à eclosão de um conflito aberto, especialmente quando se busca negar a um Estado o acesso a importações cruciais para sua sobrevivência.

O ponto de inflexão definitivo ocorreu com o desenvolvimento da bomba atômica e sua utilização pelos Estados Unidos contra as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, em agosto de 1945. Embora o Japão já se encontrasse enfraquecido militarmente, o uso desse novo armamento representou não apenas a conclusão abrupta da Segunda Guerra Mundial, mas também a inauguração de uma nova era nas relações internacionais. A demonstração inequívoca do poder destrutivo das armas nucleares impôs uma recalibragem no comportamento das grandes potências, que passaram a considerar o potencial catastrófico de um confronto direto. O monopólio inicial dos EUA logo foi quebrado com a entrada da União Soviética no clube nuclear em 1949, inaugurando um cenário bipolar em que a cautela estratégica passou a reger a conduta interestatal, especialmente entre atores armados nuclearmente. A partir desse ponto, a lógica de segurança passou a se orientar menos pela simples acumulação de poder convencional e mais pela capacidade de garantir a sobrevivência nacional em um contexto de vulnerabilidade mútua.

O advento desta nova variável alteraria de maneira definitiva o sistema internacional e seu equilíbrio de poder. Seu surgimento transformou radicalmente a lógica da dissuasão entre grandes potências, instaurando um paradigma de equilíbrio baseado no medo recíproco da aniquilação. O conceito de Destruição Mútua Assegurada (MAD – *Mutually Assured Destruction*) estabeleceu que qualquer ataque nuclear em larga escala resultaria inevitavelmente na destruição do agressor e do agredido, eliminando a possibilidade de vitória militar decisiva. Essa simetria de vulnerabilidade levou ao desenvolvimento de posturas estratégicas fundamentadas na capacidade de retaliação garantida, em vez da busca por superioridade absoluta ou vitória total, como postulavam as concepções clássicas de guerra.

A impossibilidade de desarmar completamente o inimigo por meio de um primeiro ataque – dado o número, a mobilidade e a redundância dos vetores nucleares – reforçou a

estabilidade do “equilíbrio do terror”. Segundo Aron (1987), essa incapacidade de neutralização total impede que a guerra entre superpotências se configure como um instrumento racional de política, uma vez que a escalada não pode ser controlada e seus efeitos ultrapassam qualquer objetivo político concebível. A dissuasão nuclear, portanto, opera não por meio da coerção direta, mas pela ameaça latente de um conflito cujo custo seria existencial para ambos os lados.

Nesse contexto, a ideia de Guerra Total, tal como se desenvolveu entre os séculos XIX e XX, sofre um deslocamento fundamental de sua origem clausewitziana. Em vez de mobilizar todos os recursos do Estado para alcançar a vitória por aniquilação do inimigo, como se viu nas duas guerras mundiais, o conflito entre potências nucleares passa a ser pensado como um impasse estratégico, onde a finalidade não é vencer, mas impedir a guerra. Aron (1987) observa que a paz entre os Estados dotados de armas nucleares é mantida não pela confiança mútua, mas pela consciência compartilhada de que qualquer guerra escalada entre eles equivaleria à catástrofe absoluta. Assim, o conceito de dissuasão substitui a estratégia tradicional de destruição do inimigo pela contenção, calcada no reconhecimento da vulnerabilidade recíproca.

Com base no exposto, a estabilidade estratégica gerada pelo equilíbrio do terror emerge como um dos principais fatores inibidores de conflitos diretos entre grandes potências no cenário internacional desde o período da Guerra Fria. A obtenção e manutenção de arsenais nucleares por parte dos Estados centrais do sistema internacional instauraram uma lógica de dissuasão que transforma profundamente as dinâmicas de poder e as possibilidades de escalada bélica. Nesse novo paradigma, a guerra entre potências nucleares torna-se irracional, pois os custos existenciais de um confronto direto superam qualquer benefício político alcançável. Essa realidade impõe restrições concretas às manifestações clássicas da Armadilha de Tucídides apresentada por Allison (2020), com o fator nuclear atuando como uma barreira estrutural à deflagração de guerras abertas entre as principais potências. Em última instância, o equilíbrio do terror contribui para conter os impulsos destrutivos das dinâmicas tucidideanas, ao transformar o medo mútuo em um mecanismo paradoxal de preservação da paz entre os principais atores do sistema internacional.

Diante do exposto, é possível notar que a Armadilha de Tucídides, conforme sistematizada por Allison (2020), possui sólido respaldo histórico em diversos episódios de transição hegemônica, e se revela como uma lente analítica valiosa para a compreensão das transformações estruturais no sistema internacional. Esses momentos revelam efeitos estruturais profundos sobre o equilíbrio de poder, desestabilizando a ordem vigente e intensificando rivalidades políticas, econômicas e militares. Nesse contexto, embora o equilíbrio de poder seja tradicionalmente concebido como um mecanismo de contenção, ele

revela vulnerabilidades significativas diante de transformações estruturais na distribuição de capacidades entre os Estados. Tais mudanças evidenciam os limites da cooperação internacional frente à natureza anárquica do sistema e às persistentes assimetrias de poder. No entanto, essas fragilidades devem ser analisadas considerando todas as variáveis relevantes que moldam a ordem internacional, entre as quais se destaca uma fonte paradoxal de estabilidade: o armamento nuclear.

2.3 A Hegemonia Americana no Pós-Guerra Fria

A hegemonia é expressa por Morgenthau (1948) como a manifestação da busca pelo poder máximo por parte de um Estado, atingindo assim uma posição de superioridade no equilíbrio de poder. Mearsheimer (2003) também enfatiza a maximização de poder, no entanto afirma que a hegemonia global é virtualmente impossível de ser atingida, devido às limitações geográficas e logísticas impostas pela necessidade de projeção de poder através dos oceanos em territórios de outros estados. Não obstante, uma hegemonia regional seria viável e frequentemente buscada, sendo considerada como o melhor resultado para os estados. Em caso de sucesso, este *hegemon* regional tentará impedir o surgimento de outros estados hegemônicos em suas respectivas regiões, a exemplo do comportamento dos EUA ao longo da segunda metade do século XIX e do século XX com relação ao Japão imperial, Alemanha no período Guilhermino, Alemanha nazista e União Soviética. A situação atual ao longo do século XXI com relação aos EUA e a hegemonia regional é expressa por Mearsheimer (2003) no seguinte trecho:

Em resumo, a situação ideal para qualquer potência é ser o único *hegemon* regional no mundo. Este estado seria uma potência do *status quo* e faria um esforço significativo para preservar a atual distribuição de poder. Os Estados Unidos estão nessa posição invejável atualmente; dominando o hemisfério ocidental sem nenhum *hegemon* em outra área do mundo. Porém, se o *hegemon* regional for confrontado com um concorrente semelhante em outra região empregará recursos consideráveis para enfraquecer e até destruir seu rival. Com isso, ambos passariam a estar motivados por essa lógica, causando uma feroz competição de segurança entre elas. (Mearsheimer, 2003, p.42, tradução nossa)

Ademais, Mearsheimer (2003) afirma que a hegemonia é uma fonte de estabilidade, proporcionando o mais elevado grau de segurança aos estados, visto que quanto maior o poder da potência dominante, menos provável será o desafio a esta dominância por parte de outros estados.

Com o colapso da União Soviética em 1991, o Sistema Internacional experimentou uma transformação estrutural de impacto significativa, uma vez que a bipolaridade que marcava sua estrutura desde 1945 não mais existia. Em seu lugar, conforme descrito por Krauthammer (1991) tomou forma o chamado “momento unipolar”, em que os Estados Unidos emergiram incontestavelmente como a única superpotência. Este período passou a ser caracterizado pela ausência de rivais capazes de desafiar a supremacia norte-americana e de seus aliados ocidentais, com essa característica de unipolaridade sendo o principal traço do mundo pós-Guerra Fria. A superioridade norte-americana nos campos militar, político, diplomático e econômico refletiam uma hegemonia, consubstanciada tanto pela superioridade material, como pela capacidade de moldar normas, instituições e a própria narrativa da ordem internacional, buscando promover uma visão liberal e ocidental de governança para todos os estados.

A liderança global dos Estados Unidos e a verdadeira estrutura geopolítica do mundo pós-Guerra Fria se tornaria evidente, segundo Krauthammer (1991) pela atuação decisiva norte-americana na crise do Golfo, quando lideraram uma coalizão multinacional em resposta à invasão do Kuwait pelo Iraque conduzido por Saddam Hussein. O impressionante aparato militar e a atuação norte-americana durante a Guerra do Golfo fortaleceram o papel dos EUA como polícia do mundo (Vaisse, 1995, p.214).

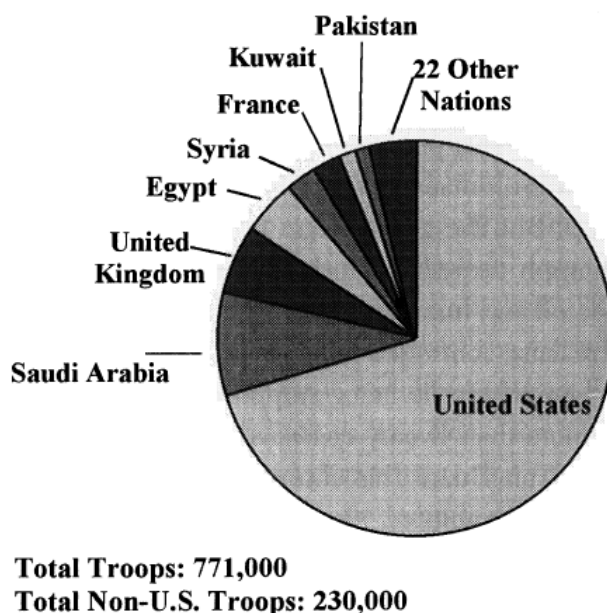
O conflito revelou a capacidade dos EUA de agir com rapidez, projetar poder militar em escala global e galvanizar apoio internacional sob sua liderança, mesmo que sob uma retórica de aparente multilateralismo. Krauthammer (1990) argumenta que, embora houvesse um verniz de cooperação internacional, a intervenção foi fundamentalmente norte-americana em essência e execução, caracterizando o que chamou de um “pseudo-multilateralismo” e demonstrando o papel dos EUA na manutenção da ordem e estabilidade global a partir daquele ponto. Esse episódio simbolizou a nova realidade estratégica do pós-Guerra Fria: em um mundo em que o equilíbrio de poder tradicional perdia sua efetividade, a estabilidade dependia cada vez mais da disposição dos EUA em exercer sua hegemonia.

A atuação norte-americana na Guerra do Golfo foi pautada e conduzida pelo então presidente George H. W. Bush, lembrado por sua marca registrada da “Nova Ordem Mundial”. Segundo Brzezinski (2007), Bush era orgulhosamente o primeiro líder em escala verdadeiramente global, em um momento em que os Estados Unidos eram amplamente reconhecidos como a única superpotência mundial. Essa preponderância político-diplomática ficou evidenciada na votação unânime do Conselho de Segurança da ONU (13 a 0), que exigiu a retirada do Iraque do Kuwait, decretando seu isolamento e condenação internacional apenas duas semanas após a invasão. Ao final de 1990, já havia um sólido apoio internacional à atuação

norte-americana, inclusive com a aprovação de uma rigorosa resolução do Conselho de Segurança autorizando o uso da força caso o regime de Saddam Hussein não cumprisse os termos estabelecidos.

Esse apoio político irrestrito é ilustrado por Brzezinski (2007) por meio da ampla distribuição de tropas e da participação militar multinacional nas operações no Golfo Pérsico, conforme demonstra a figura 1, a qual evidencia não apenas a expressiva superioridade numérica dos Estados Unidos – responsáveis pela maior parte do contingente com cerca de 541.000 tropas –, mas também a notável composição multinacional da coalizão. Com a contribuição de países como Arábia Saudita, Reino Unido, Egito, França, além de outras 22 nações, a presença internacional no teatro de operações reflete o amplo consenso político-diplomático construído sob a liderança de Washington, reforçando a autoridade dos EUA como catalisador da ação coletiva e símbolo dessa “Nova Ordem Mundial” do Presidente Bush. A uniformidade de posicionamento, desde a condenação no Conselho de Segurança até a disposição para o emprego da força, expressa o grau de influência norte-americana na articulação de uma resposta global coesa, consolidando sua posição como a única superpotência hegemônica do período pós-Guerra Fria.

Figura 1 – Distribuição de tropas nas operações no Golfo Pérsico (1990-1991).



Fonte: Brzezinski (2007, p.71).

A dominância norte-americana nos campos político e militar também é analisada por Brzezinski (2007) sob a ótica da expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte

(OTAN) e da União Europeia (UE), as quais são apresentadas como elementos centrais da estratégia hegemônica dos Estados Unidos no período pós-Guerra Fria.

No que se refere à OTAN, ao final de 1996, após a resolução e arbitragem dos conflitos na Bósnia — então parte da ex-Iugoslávia — com importante participação da aliança atlântica, esta passou a gozar de maior reconhecimento e legitimidade, inclusive junto à Rússia de Boris Yeltsin. Nesse contexto, o presidente Bill Clinton comprometeu publicamente os EUA com a expansão da OTAN, tendo convidado, em julho de 1997, a Polônia, a República Tcheca e a Hungria a integrarem a aliança. Pouco tempo depois, o convite foi estendido à Bulgária e à Romênia. Essa ampliação, conforme ilustrado na figura 2, tornou a própria expansão europeia lógica e, em certa medida, inevitável.

Ao integrar antigos membros do bloco soviético à OTAN e à UE, os Estados Unidos buscavam ancorar essas nações em um arcabouço institucional que refletisse os valores liberais ocidentais, ao mesmo tempo em que minavam a capacidade da Rússia de reconstituir sua esfera de influência. Brzezinski (2007) destaca que essa estratégia não apenas ampliava o alcance geopolítico de Washington, mas também institucionalizava sua liderança por meio de mecanismos multilaterais, conferindo-lhe legitimidade.

Com o Tratado de Maastricht, em 1992, a União Europeia foi formalmente estabelecida, incorporando países ocidentais anteriormente neutros, como Suécia e Finlândia; adotando o euro como moeda comum; eliminando controles fronteiriços entre os Estados-membros; e dando início à construção de uma política de defesa comum. Segundo Brzezinski (2007), esse momento marcou o auge da influência do Ocidente nos assuntos internacionais, dando a impressão de que Estados Unidos e Europa — respectivamente a superpotência geopolítica e o gigante econômico com uma nascente política externa comum — seriam capazes de alcançar qualquer objetivo que desejassem.

Figura 2 – Expansão da OTAN e da UE após o fim da Guerra Fria.



Fonte: Brzezinski (2007, p.108).

Dentro do escopo do poderio econômico e da capacidade de influência, Brzezinski (2007) aborda os efeitos da globalização, cuja essência de interdependência e conectividade se alicerçava nos impactos de alcance mundial da tecnologia, das comunicações, do comércio e dos fluxos financeiros entre os Estados. A globalização, nesse sentido, consolidou-se como uma doutrina conveniente e uma poderosa fonte de *soft power* para a grande potência vitoriosa da recém-finalizada Guerra Fria: os Estados Unidos.

A intensificação dessas interdependências econômicas, políticas e culturais entre os Estados constituiu um vetor fundamental para a construção de uma nova ordem internacional. Segundo Brzezinski (2007), a globalização implicava a existência de uma fonte central, um ponto de origem de inspiração e impulso, sendo os Estados Unidos o único candidato plausível a esse papel. Washington passou a ser percebida como a fonte de energia e motivação para um processo universal que era, ao mesmo tempo, interativo e fundamentalmente espontâneo. A ideia de globalização não se tornou a visão dominante de maneira repentina, mas ganhou impulso por acreção, transformando-se em uma palavra-chave nos assuntos internacionais. Progressivamente, foi adotada por uma miríade de instituições, tanto públicas quanto privadas, até emergir como um conceito central na formulação da política externa norte-americana, especialmente sob a égide do presidente Bill Clinton, entre 1993 e 2001.

Essa nova ordem, mais integrada e cooperativa, buscava fundamentar-se em mecanismos multilaterais e na interdependência econômica, afastando-se progressivamente das lógicas clássicas de rivalidades geopolíticas e territoriais. Havia, portanto, uma expectativa de

que o aprofundamento da globalização resultasse em um “equilíbrio final”, pautado na cooperação mútua e na convergência de interesses. Dessa forma, segundo Brzezinski (2007), os Estados Unidos, como ponta de lança desse processo, teriam sua liderança reforçada tanto material quanto moralmente. A globalização ainda se beneficiava de outra vantagem estratégica: apresentava-se como uma narrativa animadoramente otimista. Após as ansiedades e incertezas que marcaram o desfecho inicial da Guerra Fria, ela oferecia uma perspectiva tranquilizadora, ao prometer os efeitos benéficos de uma interdependência dinâmica entre os Estados.

A perspectiva globalista, liderada pelos Estados Unidos, chegou a ser considerada uma solução ideológica definitiva em escala mundial. Nesse contexto, Fukuyama (1989) argumenta que o fim da Guerra Fria representou o triunfo final da democracia liberal ocidental, caracterizando uma vitória incontestável do liberalismo político e econômico. Segundo o autor, todas as alternativas sistêmicas ao liberalismo haviam sido esgotadas, destacando-se a superioridade deste ao longo do século XX frente aos seus dois principais desafiantes: o fascismo e o comunismo. Com base em uma concepção hegeliana da história como um processo dialético, Fukuyama (1989) sustenta que, na ausência de uma antítese ao capitalismo liberal, ter-se-ia atingido o “fim da história”, entendido como o ponto culminante da evolução ideológica da humanidade — a universalização das democracias liberais ocidentais como a forma final de governo.

Com o objetivo de materializar o triunfo liberal, Fukuyama (1989) recorre a dois casos emblemáticos: Japão e China. O primeiro surge como exemplo claro do sucesso do liberalismo político e econômico. Sob ocupação americana após a Segunda Guerra Mundial, o Japão adotou instituições democráticas e um sistema de livre mercado, transformando-se em uma potência econômica estável e pacífica. Ainda que suas instituições mantenham traços culturais próprios, a incorporação de valores liberais — tanto políticos quanto econômicos — consolidou o país como modelo do que Fukuyama (1989) denomina “estado homogêneo universal”. A consolidação do consumo de massas e o abandono de posturas expansionistas outrora agressivas demonstram como o liberalismo teria se afirmado como o destino final das nações desenvolvidas.

Já a China ocupa um papel ambíguo no argumento de Fukuyama (1989). A partir das reformas lideradas por Deng Xiaoping no final da década de 1970, o país iniciou um processo de abertura econômica e de adoção gradual de práticas capitalistas — como a descentralização da produção agrícola, o estímulo à iniciativa privada e a integração ao mercado global. Embora o regime tenha mantido um aparato político autoritário e evitado avanços significativos em

termos de democratização, Fukuyama (1989) observa que o comunismo perdeu completamente sua força como ideologia mobilizadora. A crescente adesão ao consumo burguês e o surgimento de uma elite tecnocrática mais pragmática indicariam uma tendência de longo prazo rumo ao modelo liberal, ainda que esse processo não se concretizasse de forma imediata. Portanto, tanto o exemplo japonês quanto a abertura econômica chinesa reforçariam a tese de que o liberalismo, mais do que uma entre várias opções ideológicas, teria se tornado a forma final de organização política e econômica, marcando o “fim da história” como processo dialético de superação das contradições fundamentais da vida em sociedade.

Esta tese proposta por Fukuyama, ao anunciar a vitória definitiva da democracia liberal e do capitalismo como estágio final da evolução política, mostrou-se excessivamente otimista e mal adaptada às dinâmicas do Sistema Internacional pós-Guerra Fria. A ascensão assertiva da China, a guerra da Rússia contra Ucrânia, iniciada em 2022, o enfraquecimento de instituições multilaterais e o retorno das rivalidades estratégicas entre grandes potências desafiam diretamente a noção de uma convergência universal rumo à democracia liberal. Ao contrário, reafirmam a pertinência do Realismo como abordagem teórica capaz de explicar a lógica de competição, o papel estruturante do poder e a resiliência da anarquia no sistema internacional. Apesar das promessas de um mundo pacificado pela interdependência econômica, os Estados continuam a agir com base na autopreservação, no cálculo de poder relativo e na desconfiança mútua.

3 A ASCENSÃO CHINESA EM FACE DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

A ascensão da China como potência global nas últimas décadas representa uma das transformações mais significativas do sistema internacional contemporâneo, desafiando diretamente a hegemonia norte-americana e reconfigurando dinâmicas de poder estabelecidas desde o pós-Guerra Fria. Este capítulo analisa essa trajetória em três eixos principais: o percurso histórico e estrutural da ascensão chinesa, desde a Revolução Comunista de 1949 até as reformas econômicas e tecnológicas do século XXI; os grandes projetos estratégicos voltados à ampliação de sua influência global, com destaque para a Iniciativa *Belt and Road* e sua inserção geopolítica; e o desenvolvimento e a modernização das Forças Armadas chinesas, especialmente sua Marinha, enquanto instrumento de projeção de poder no Indo-Pacífico. A partir dessa análise multifacetada, busca-se compreender como a China emergiu como um ator central no cenário internacional, consolidando-se como principal rival estratégico dos Estados Unidos.

3.1 Origens históricas e a ascensão do “*Sleeping Dragon*”

O século XX foi um período marcado por intensas transformações no cenário internacional, destacando-se, entre elas, aquelas ocorridas na China. O principal momento disruptivo foi a Revolução Comunista e a subsequente Proclamação da República Popular da China em 1949, que inauguraram uma era de profundas rupturas nas estruturas políticas, econômicas e sociais do país. Segundo Hobsbawm (1994), o grande motor social da revolução comunista foi a extrema pobreza e opressão vividas pelo povo chinês. O movimento teve início entre as massas trabalhadoras das grandes cidades costeiras — muitas das quais funcionavam como enclaves sob controle imperialista estrangeiro ou da indústria local — e, posteriormente, estendeu-se ao campesinato, que representava cerca de 90% da população chinesa. À época da tomada comunista, o cidadão médio na China vivia com o equivalente a meio quilo de arroz ou grãos por dia, consumia menos de 0,08 quilo de chá por ano e adquiria, em média, um novo par de calçados a cada cinco anos (Hobsbawm, 1994, p.356).

Nesse contexto, após ter sido atacada, derrotada, dividida e explorada por diversos Estados estrangeiros — especialmente ao longo do século XIX, conhecido como o “século da humilhação” —, Kissinger (2011) destaca a importância de Mao Zedong, líder da Revolução, no processo de transformação da China. Como resposta às condições sociais e ao histórico recente do país, Mao promoveu uma ruptura com o modelo tradicional confucionista da

“Grande Harmonia”, interpretando-o como um artifício de dominação. Em seu lugar, propôs uma visão baseada no confronto entre forças antagônicas, tanto no plano doméstico quanto no internacional. Kissinger (2011) ressalta medidas notoriamente controversas, como as transformações econômicas do Grande Salto Adiante, lançado em 1958 — uma campanha de coletivização e industrialização que, apesar de não representar unanimidade dentro do Partido Comunista Chinês, buscava transformar a China em uma potência autossuficiente, mas acabou por desencadear a grande fome de 1959-1961, resultando na morte de milhões de chineses. Destaca também as transformações políticas e sociais da Revolução Cultural, iniciada em 1966, que visava remodelar a sociedade chinesa por meio da purgação de elementos tradicionais e “burgueses” do cenário político e cultural, perdurando até a morte de Mao, em 1976.

No entanto, mesmo considerando as medidas erráticas, dissonantes e, por vezes, desastrosas implementadas durante o período Mao, a evolução material da sociedade chinesa foi notável. Conforme destaca Hobsbawm (1994):

No fim do período de Mao, o consumo médio de alimento chinês (em calorias) estava pouco acima da média de todos os países, acima do de catorze países nas Américas, 38 na África e mais ou menos metade dos asiáticos — bem acima do sul e sudeste da Ásia, com exceção da Malásia e Singapura. A expectativa de vida média no nascimento subiu de 35 anos em 1949 para 68 em 1982, sobretudo devido à impressionante e — exceto nos anos da fome — contínua queda da mortalidade. (Hobsbawm, 1994, p. 361).

Ademais, no que tange aos aspectos populacional e educacional, Hobsbawm (1994) observa que, apesar do desastre da grande fome, a população chinesa aumentou de 540 milhões para 950 milhões entre 1949 e a morte de Mao. Destaca-se, ainda, a elevação da taxa de matrícula das crianças nas escolas primárias, que passou de 52% para 96% no mesmo intervalo, não obstante os obstáculos impostos tanto pela grande fome quanto pela Revolução Cultural Maoísta.

Dessa forma, a Revolução Comunista de 1949 representou um profundo ponto de inflexão, tanto disruptivo, uma vez que rompeu com estruturas sociais tradicionais e desestabilizou dinâmicas culturais seculares, quanto evolutivo, pois instituiu as bases de um Estado centralizado e capaz de mobilizar recursos em escala nacional, promovendo avanços notáveis em áreas como educação básica e infraestrutura social. Apesar das contradições do período maoísta, a experiência revolucionária criou as condições materiais e institucionais que, posteriormente, permitiriam à China lançar-se em uma trajetória de modernização acelerada e reinserção estratégica no sistema internacional. Assim, a revolução não apenas transformou radicalmente a sociedade chinesa, como também preparou o terreno para os ciclos subsequentes

de desenvolvimento sob novas lideranças. Com a morte de Mao, o novo curso da trajetória chinesa sob a égide pragmática de seu sucessor, Deng Xiaoping, estaria prestes a desvelar-se.

No ano de 1978, iniciaram-se reformas estratégicas no campo político e econômico que transformariam profundamente a China. Conforme exposto por Jabbour (2021), Deng Xiaoping identificou nos camponeses — os mesmos que haviam sido fundamentais para a ascensão do Partido Comunista Chinês ao poder em 1949 — um potencial motor para as reformas econômicas. Seu objetivo era estabelecer um sistema capaz de superar a era da escassez de alimentos e, ao mesmo tempo, criar condições mínimas para o surgimento de um amplo mercado de bens de consumo manufaturados, por meio de um processo caracterizado pela liberalização sem privatização. Ainda segundo Jabbour (2021), a descoletivização da propriedade no campo não se deu por meio da tradicional privatização, mas sim pela transferência do núcleo da organização produtiva das comunas rurais para as unidades familiares. Tais medidas resultaram em um expressivo aumento da produtividade agrícola — fator de extrema relevância, considerando que, em 1978, cerca de 80% da população chinesa residia em áreas rurais.

Este processo de transformação da base agrícola foi fundamental para o desenvolvimento econômico da China. Segundo Jabbour (2021), tratou-se de uma industrialização sustentada por uma ampla economia de mercado, que impulsionou uma expressiva expansão urbana: entre 1978 e 2017, o percentual da população chinesa vivendo em áreas urbanas saltou de 17,9% para 59,1%. Essa dinâmica também promoveu a transformação de pequenos e médios produtores em potenciais industriais, resultando em um processo de acumulação sem desapropriação. Jabbour (2021) destaca que esse modelo possibilitou o acúmulo de capital, vinculando diretamente o crescimento chinês à sua elevada taxa de poupança. Isso, por sua vez, viabilizou a socialização dos investimentos pelo Estado e gerou um ciclo virtuoso entre a produção de riqueza e a emissão monetária, garantindo a proporcionalidade entre moeda e produção de bens e serviços, e, consequentemente, assegurando a soberania monetária do país.

As reformas econômicas e o projeto estratégico chinês resultaram em um desenvolvimento acelerado e sem precedentes. Segundo Jabbour (2021), a média de crescimento do PIB real da China entre 1980 e 2019 foi de 9,2% ao ano, mantendo uma taxa superior a 9% por mais de 35 anos ininterruptos. A renda per capita saltou de apenas US\$ 250,00 em 1980 para US\$ 8.827,00 em 2018 — um crescimento de 36 vezes. No que se refere ao comércio exterior, desde 2013 a China ocupa a posição de maior volume de comércio do mundo, sendo atualmente o principal parceiro comercial de quase 140 países. Seu papel tem

sido fundamental para o crescimento global, respondendo por mais de 30% da expansão econômica mundial ao longo de mais de uma década (Lee; Bettani & Sims, 2024, p.388, tradução nossa).

Esse vertiginoso aumento no volume comercial da China esteve alicerçado no processo de industrialização e no desenvolvimento de sua indústria manufatureira. Como maior produtora mundial de navios, aço, alumínio, móveis, roupas, têxteis, celulares e computadores, a China consolidou-se como o mais poderoso centro de fabricação do planeta (Allison, 2020). Nesse sentido, Jabbour (2021) destaca que o peso da influência internacional chinesa decorre da combinação entre o modelo *export-led* e o desenvolvimentismo estatal, evidenciada pela transformação de sua pauta comercial. Em 1978, as exportações chinesas somavam US\$ 9,75 bilhões; em 2017, esse valor já havia alcançado US\$ 2,42 trilhões. Conforme expõe Allison (2020), a cada biênio a partir de 2008, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) chinês era equivalente à totalidade da economia indiana. Em 2015, a China atingiu um marco decisivo em sua projeção econômica internacional, tornando-se a segunda maior economia do mundo — atrás apenas dos Estados Unidos, a principal potência global desde o fim da URSS.

Diante da ascensão econômica chinesa e de seu crescente protagonismo nas cadeias globais de valor, os Estados Unidos passaram a adotar medidas mais incisivas para conter o avanço da China. Esse movimento ganhou forma explícita em 2018, durante o primeiro governo de Donald Trump, com o início de uma guerra comercial e tarifária que visava frear o crescimento do setor exportador chinês e reequilibrar a balança comercial bilateral. As medidas incluíram sobretaxas sobre centenas de bilhões de dólares em produtos chineses, justificadas por alegações de práticas comerciais desleais, roubo de propriedade intelectual e subsídios estatais, além do cancelamento de acordos de investimento e comércio, marcando uma inflexão significativa na relação entre os dois países. A partir de 2025, com o retorno de Trump ao poder, essa estratégia foi não apenas retomada, mas ampliada, com novas sanções, além da intensificação das medidas tarifárias, com impostos sobre os produtos chineses atingindo a marca dos 145%.

A crescente importância da China no cenário internacional e na governança global vai além de sua expansão econômica e da consequente interdependência e capacidade de influência geradas. A ascensão chinesa manifesta-se também na dimensão científico-tecnológica de seu poder nacional. Conforme Asukuo-Ekpo (2024), essa ascensão não é fruto do acaso, mas resultado de decisões políticas deliberadas e de investimentos estatais contínuos, promovidos por sucessivos governos chineses. Atualmente, o país responde por cerca de 20% do gasto global em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), destacando-se, nesse contexto, o Programa de

Médio e Longo Prazo para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (MLP), iniciado em 2006. O MLP estabeleceu como meta transformar a China em um grande centro de inovação até 2020 e em líder global em ciência e tecnologia até 2050.

Nesse aspecto, Jolly (2025) destaca não apenas o aumento do investimento estatal — que passou de 0,5% do PIB em 1990 para 2,4% atualmente —, mas também a capacidade da liderança política chinesa de articular todos os elementos necessários para transformar o país em uma potência científica e inovadora. Entre esses elementos, destacam-se: um sistema educacional eficiente, com universidades de ponta em pesquisa, como Tsinghua e Fudan, localizadas em Pequim e Xangai, respectivamente; uma academia científica robusta, evidenciada por relatórios da Thomson Reuters que mostram que o número de artigos científicos publicados na China já supera o dos países europeus e se aproxima do dos Estados Unidos; uma ampla rede de parques tecnológicos e incubadoras — com destaque para a província de Guangdong, que passou de 100 incubadoras em 2000 para 8.000 em 2017; um ecossistema vibrante de startups, das quais entre 200 e 300 já ultrapassaram o valor de mercado de US\$ 1 bilhão; múltiplas fontes de investimento, incluindo aportes estatais diretos e indiretos, por meio de incentivos fiscais e bancos de desenvolvimento, bem como capital privado, especialmente voltado a startups e projetos de maior risco; o crescente investimento empresarial em P&D, com destaque para empresas como Huawei, BYD, Tencent e Sani, que contribuíram para que a China superasse os EUA em número de patentes registradas; e, por fim, um marco regulatório de propriedade intelectual mais estruturado, que protege e incentiva os empreendedores, exemplificado pelo estabelecimento de sistemas de remuneração regulada para inovadores.

Dessa forma, apesar dos EUA manterem a liderança em volume absoluto de investimento em P&D (3,5% do PIB), a estratégia chinesa se destaca pela sincronia e articulação entre governo, empresas, universidades e centros de pesquisa, com o Estado atuando como maestro da inovação. Enquanto os EUA operam com forte presença privada e fragmentação descentralizada, a China promove uma coordenação centralizada e estratégica, alinhando iniciativas ao planejamento estatal. Como observa Jolly (2025), essa “orquestra” chinesa — cuja harmonia advém da convergência entre planejamento estatal e execução multissetorial — já apresenta resultados expressivos em setores estratégicos, consolidando a projeção do país não apenas como potência econômica, mas também como liderança emergente nos campos científico e tecnológico, com implicações significativas para a geopolítica global.

No âmbito educacional — base fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico — a China tem se projetado com destaque no cenário internacional. Conforme

apontado por Allison (2020), em 2015, a Universidade de Tsinghua ultrapassou o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e passou a ocupar a primeira posição no ranking global de engenharia, segundo o *U.S. News and World Report*. Das dez melhores universidades nessa área, quatro estão localizadas na China e quatro nos Estados Unidos. Em 2017, a China formou quatro vezes mais estudantes nas áreas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) do que os Estados Unidos. Desde 2007, o país lidera mundialmente na quantidade de graduados e doutores em ciências exatas e engenharia (Ekpo, 2024, p.810, tradução nossa). Dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) reforçam esse panorama: no mais recente teste PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), reconhecido como referência internacional para a aferição do desempenho educacional, a China alcançou a segunda colocação em ciências exatas, enquanto os Estados Unidos ficaram apenas na 34ª posição.

A ascensão educacional e científica da China evidencia uma estratégia de longo prazo voltada à consolidação de sua posição como potência global no século XXI, demonstrando compreender que o conhecimento científico e tecnológico é um vetor essencial para o poder nacional. Em contraste, os Estados Unidos enfrentam desafios internos que comprometem sua capacidade de manter a liderança nesse campo. Durante a administração Trump, cortes significativos no orçamento federal destinado à pesquisa e desenvolvimento — somados a uma postura pouco alinhada com a comunidade científica — enfraqueceram a posição americana na fronteira do conhecimento. A ausência de uma liderança científica coesa e de políticas educacionais voltadas à formação de capital humano de alto nível torna-se um fator limitante frente à assertividade chinesa.

A liderança tecnológica da China manifesta-se de forma categórica em setores considerados potencialmente disruptivos para a ordem internacional no século XXI. Nesse contexto, Tayane e Rahmouni (2025) destacam a consolidação do país como potência inovadora global, sobretudo nas áreas de Inteligência Artificial (IA), telecomunicações 5G e computação quântica. Em 2017, o governo chinês instituiu um plano estratégico com o objetivo de posicionar o país como líder mundial em IA até 2030. Como reflexo desse direcionamento, a partir de 2020, a China tornou-se o segundo maior investidor global em pesquisa na área, atrás apenas dos Estados Unidos, sendo responsável por aproximadamente 20% da produção científica mundial sobre o tema. No campo das telecomunicações, a empresa Huawei consolidou-se como protagonista na corrida pelo domínio do 5G, tendo firmado 91 contratos comerciais com países da Europa, Ásia e Oriente Médio. Quanto à computação quântica, a China tem se destacado por feitos pioneiros: em 2016, lançou o primeiro satélite de

comunicações quânticas do mundo; e, em 2020, alcançou a chamada “supremacia quântica”, ao desenvolver um computador capaz de realizar cálculos em velocidade incomparavelmente superior à dos sistemas convencionais. Tal avanço possui implicações significativas para a cibersegurança e para a defesa no plano internacional, ao conferir ao país capacidades computacionais com potencial para decodificar algoritmos criptográficos em tempo reduzido, o que pode alterar sensivelmente os equilíbrios de poder no ambiente global.

Nesse sentido, a supremacia tecnológica emergente da China adquire contornos estratégicos que transcendem o mero progresso econômico ou científico, refletindo uma disputa de narrativas e valores sobre o futuro da ordem internacional. A influência chinesa na definição de padrões para IA e 5G, por exemplo, representa não apenas uma vantagem econômica, mas também a possibilidade de disseminar sistemas de vigilância digital e governança algorítmica. Diante disso, a reação dos Estados Unidos e seus aliados têm oscilado entre tentativas de contenção, como as sanções à Huawei e o desacoplamento tecnológico, e esforços de cooperação seletiva em fóruns multilaterais. O cenário que se desenha é o de uma competição estratégica entre as duas principais potências, na qual a inovação científica converte-se em instrumento central de poder e influência.

3.2 Grandes projetos estratégicos e a expansão da influência global e regional chinesa

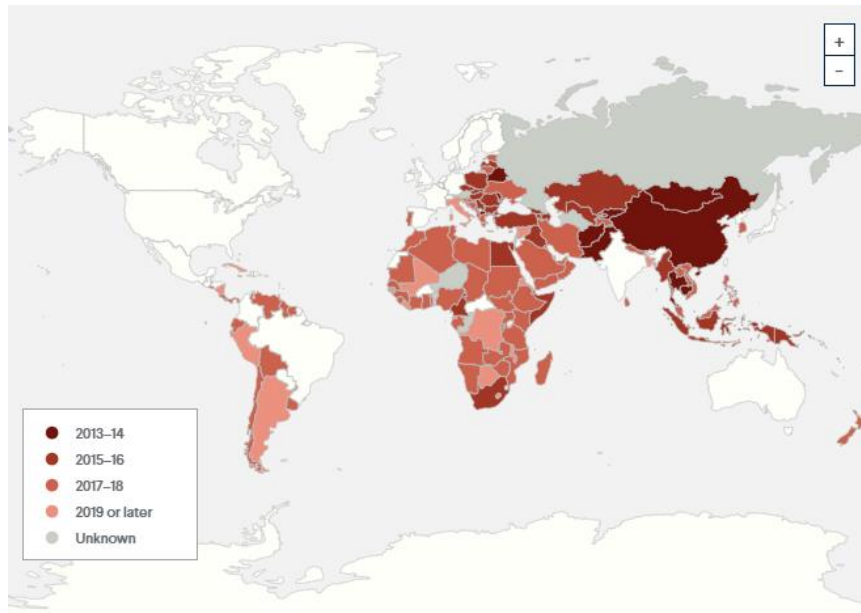
No contexto da ascensão chinesa e de sua projeção de poder, destacam-se diversos projetos estratégicos impulsionados pelo Estado chinês. Dentre estes, o mais impactante e ambicioso é a Iniciativa *Belt and Road* (BRI), também conhecida como a Nova Rota da Seda. O projeto foi anunciado em 2013 pelo atual presidente Xi Jinping, em uma visita ao Cazaquistão e Indonésia, tendo sido concebido inicialmente como uma coleção de iniciativas de investimento com o objetivo de interligar o leste da Ásia à Europa por meio de infraestrutura física. Ezeanyika *et al* (2023) destaca que a Iniciativa consiste em duas vertentes principais: a *Silk Road Economic Belt*, a qual prioriza conexões terrestres, dedicadas à ligação da China com a Europa através da Ásia Central, e a *21st Century Maritime Silk Road*, que se baseia em rotas marítimas com as nações do Sudeste Asiático, África, Europa e mais recentemente América Latina. Essa estrutura representa um reequilíbrio da estratégia geopolítica chinesa, antes centrada nas zonas costeiras, buscando promover uma integração continental mais ampla. Ademais, conforme McBride, Berman & Chatzky (2023), a rede comercial proporcionada pela Iniciativa expandiria o uso internacional da moeda chinesa, levando à “superação do gargalo de

conectividade asiática”, nas palavras do próprio presidente Xi Jinping. Além da infraestrutura física, a China financiou centenas de zonas econômicas especiais e áreas industriais, destinadas à geração de empregos, facilitando e encorajando aos países aliados o acolhimento de suas ofertas de novas tecnologias.

Com relação às intenções e objetivos chineses, Simons (2024) aborda que elas são multifacetadas, destacando o campo geoeconômico e a busca por expandir mercados para sua grande capacidade produtiva doméstica, assegurar o acesso a recursos naturais e, especialmente, fomentar interconectividade e dependência econômica com os países da Eurásia, fortalecendo sua posição central na ordem internacional emergente. Ademais, Simons (2024) aborda que, no plano geopolítico, o projeto visa transformar a China de *rule taker* and *rule maker*, promovendo uma visão de governança global baseada em desenvolvimento, multipolaridade e integração cooperativa, em oposição à lógica securitária e militarizada do Ocidente, capitaneada pelos Estados Unidos. Com relação aos objetivos mais amplos, Ezeanyika *et al* (2023) aborda a estratégia como um exercício do seu *soft power*, ao buscar moldar um ambiente internacional favorável à sua ascensão como potência global, ao mesmo tempo em que protege suas cadeias de suprimento e amplia o acesso a novos mercados consumidores. Mais do que um projeto de infraestrutura, a BRI simboliza uma inflexão nas dinâmicas de poder global, com a China se projetando como liderança emergente na governança do desenvolvimento internacional e na diplomacia econômica. Nesse sentido, a BRI localiza-se na intersecção entre desenvolvimento, diplomacia e geopolítica, traduzindo os esforços chineses em redefinir a ordem internacional em conformidade com seus interesses estratégicos e valores civilizacionais.

Esta visão global projetada pela China se faz presente, conforme exemplificado por Simons (2024) em célebre pronunciamento do presidente Xi Jinping na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2015, ao introduzir seu conceito de “uma comunidade com uma visão de futuro compartilhada para a humanidade”, propondo tal comunidade internacional para contrabalancear os efeitos negativos do jogo de soma-zero da globalização ocidental, trazendo à tona um novo sistema de governança global baseado no interesse e cooperação de todos os países, buscando especial integração com o sul global dentro de uma lógica multilateralista e desenvolvimentista com uma estratégia *win-win*. Suas dimensões globais são atestadas numericamente, com os projetos de infraestrutura perpassando mais de 60 países, potencialmente impactando mais de 60% da população mundial, além de mais de um terço do PIB global (Ezeanyika, *et al*, 2023, p.203, tradução nossa). Este caráter globalista pode ser visualizado de forma ainda mais clara, conforme exposto por McBride, Berman & Chatzky (2023) na Figura 3.

Figura 3 – Participantes oficiais da BRI por ano de entrada.



Fonte: McBride, Berman & Chatzky (2023).

A dimensão e a abrangência da Iniciativa *Belt and Road* (BRI) implicam custos substanciais e requerem um expressivo aporte de investimentos por parte do governo chinês. Nesse sentido, Beeson e Crawford (2022) estimam que o custo total do empreendimento gira em torno de 1 trilhão de dólares — valor que, quando ajustado à inflação, torna a BRI aproximadamente sete vezes mais dispendiosa que o Plano Marshall. No âmbito do financiamento internacional, destaca-se a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), concebido como uma instituição financeira voltada para o fomento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento em regiões historicamente atendidas por organismos oriundos do sistema de Bretton Woods, como o FMI e o antigo GATT. Essas instituições, embora influentes, foram amplamente criticadas por promoverem políticas impopulares, frequentemente associadas ao endividamento excessivo e a cláusulas restritivas. Nesse contexto, o AIIB surge não apenas como uma alternativa funcional a esse modelo, mas também como um instrumento estratégico de *soft power* chinês, ampliando sua influência por meio de mecanismos financeiros de alcance global. Tal magnitude financeira evidencia a existência de motivações geopolíticas profundas, diretamente vinculadas à concepção chinesa de interesse nacional. Dentre essas motivações, destacam-se a necessidade de diversificação das fontes energéticas e a garantia de rotas marítimas seguras para o abastecimento do país. Considerando que cerca de 90% do comércio global é realizado por via marítima, o desenvolvimento da Marinha do Exército de Libertação Popular em uma força de águas azuis

(*blue-water navy*) torna-se uma condição *sine qua non* para a materialização dos objetivos estratégicos da BRI. Ainda segundo Beeson e Crawford (2022), esse contexto estratégico ajuda a compreender por que a *21st Century Maritime Silk Road* recebeu 60% dos recursos financeiros da iniciativa, enquanto a *Silk Road Economic Belt*, de caráter terrestre, ficou com apenas 40%. A centralidade do domínio marítimo, portanto, também lança luz sobre a crescente assertividade territorial da China nas águas circundantes ao seu entorno estratégico.

No que tange ao escopo geopolítico, Simons (2024) aborda a projeção chinesa sob três lentes principais: Mackinderiana¹, visualizando a BRI como uma conexão direta ao “*Heartland*” eurasiático por meio de infraestruturas físicas visando a abertura de rotas terrestres e marítimas, numa tentativa de reconfigurar o centro geoeconômico do mundo deslocando-o do Atlântico para o interior da Eurásia; Spykmaniana², ao buscar o acesso às áreas costeiras do *Heartland*, seu *Rimland*, buscando romper o cinturão de contenção norte-americano construído na região desde o fim da Segunda Guerra Mundial; bem como a busca pelo reordenamento geoeconômico da Eurásia e o domínio do tabuleiro geopolítico essencial de Brzezinski³, oferecendo aos países participantes uma alternativa de desenvolvimento e integração fora da

¹ Halford John MacKinder: geógrafo, acadêmico e político britânico, nascido em 15/02/1861, em Gainsborough, Inglaterra, e falecido em 1947. Ocupou o cargo de diretor e professor de Geografia na London School of Economics, além de atuar como membro do Parlamento pelo Partido Conservador. Sua principal contribuição para os estudos geopolíticos encontra-se em sua obra seminal *The Geographical Pivot of History*, publicada em 1904 na Royal Geographical Society de Londres. Nela, Mackinder propõe uma visão geoestratégica do mundo como um sistema fechado, estruturado pela rivalidade histórica entre potências marítimas e terrestres. No centro dessa rivalidade localiza-se o *Heartland*, ou “coração continental”, situado na região central da Eurásia. Para Mackinder, esse espaço representava a chave do poder global, sintetizada em seu célebre axioma: “Quem domina a Europa Oriental controla o *Heartland*; quem domina o *Heartland* controla a Ilha-Mundo; quem domina a Ilha-Mundo controla o mundo.” Essa formulação exerceu profunda influência no pensamento geopolítico do século XX, moldando estratégias de contenção e expansão durante a Guerra Fria e além.

² Nicholas John Spykman: cientista político naturalizado norte-americano, nasceu em 13 de outubro de 1893 em Amsterdã e viveu até 1943. Foi professor de Relações Internacionais na Universidade de Yale, onde lecionou de 1928 até sua morte. Adepto do Realismo nas Relações Internacionais e defensor do intervencionismo na política externa dos EUA, Spykman ficou conhecido como o pai da doutrina de contenção. Sua visão geopolítica está expressa em duas obras fundamentais: *America’s Strategy in World Politics* (1942) e *The Geography of Peace* (publicada postumamente em 1944). Nelas, o autor destaca o papel estratégico das fimbrias marítimas da Eurásia, que denominou de *Rimland* — região tampão entre o poder marítimo e o poder terrestre, considerada vital para a segurança e a projeção de poder dos Estados Unidos. Em contraposição à teoria do “*Heartland*” de Mackinder, Spykman sustentava que a contenção do expansionismo soviético deveria concentrar-se nesse espaço anfíbio. Sua importância é sintetizada em seu célebre axioma geopolítico: “Quem controla o *Rimland* domina a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do mundo.”

³ Zbigniew Brzezinski: influente geopolítico e estrategista de origem polonesa naturalizado norte-americano, nasceu em 28/03/1928 em Varsóvia e viveu até 2017, tendo atuado como Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA durante o governo de Jimmy Carter (1977–1981). Professor da Universidade Johns Hopkins e autor de obras marcantes como *Between Two Ages* (1970) e *The Grand Chessboard* (1997), Brzezinski destacou-se por sua visão realista e pela defesa do papel central dos Estados Unidos na manutenção da ordem global. Considerava a Eurásia como o principal tabuleiro geopolítico do mundo, sendo vital para os EUA evitar o surgimento de um poder regional hegemônico nessa área. Enfatizava a importância do controle indireto por meio de alianças, da superioridade tecnológica e do domínio das comunicações, enxergando a geopolítica contemporânea como um jogo de influência e contenção, especialmente frente à Rússia e à China.

tutela ocidental. Dessa forma, Simons (2024) expressa a BRI como um instrumento geopolítico que responde e revisita paradigmas clássicos da geopolítica, representando uma disputa entre modelos civilizacionais de organização regional e global, ao contrapor a lógica ocidental de alianças militares e valores liberais à lógica chinesa de desenvolvimento e estabilidade através de infraestrutura e comércio.

A partir do anúncio e subsequente desenvolvimento da Iniciativa *Belt and Road* (BRI), os Estados Unidos procuraram formular respostas à crescente integração regional promovida pela China com ambições de alcance global. Nesse contexto, McBride, Berman e Chatzky (2023) destacam a aprovação do Ato BUILD, ainda no primeiro mandato de Donald Trump, em 2018, que resultou na consolidação da *Overseas Private Investment Corporation* (OPIC) — agência governamental norte-americana voltada ao financiamento de projetos no exterior —, com um portfólio de investimentos da ordem de US\$ 60 bilhões. Já em 2021, sob a liderança de Joe Biden e em colaboração com os demais países do G7, foi lançada a Parceria para Infraestrutura Global e Investimento (*Global Infrastructure and Investment Partnership – GIIP*), concebida como um programa concorrente à BRI, voltado à promoção de infraestrutura de qualidade nos países em desenvolvimento. Ademais, no âmbito das estratégias de contenção à expansão chinesa, Simons (2024) ressalta a difusão de narrativas que vinculam a BRI à chamada “armadilha da dívida”, sobretudo no Sul Global, bem como a críticas ambientais associadas à degradação ecológica decorrente de suas obras. Simons (2024) destaca ainda a intensificação de parcerias estratégicas e alianças no Indo-Pacífico, como o QUAD (2017) e o AUKUS (2021), cuja finalidade reside em conter a expansão da Rota Marítima da Seda (*21st Century Maritime Silk Road*), especialmente em pontos geoestratégicos sensíveis, como gargalos marítimos e regiões de elevada relevância energética e logística. Desse modo, observa-se uma política de contenção estadunidense multifacetada, que combina dissuasão física, competição geoeconômica e dominação narrativa com o propósito de restringir a projeção chinesa na governança global.

O desenvolvimento da Iniciativa *Belt and Road* (BRI) como projeto geoestratégico transformou significativamente a postura da China em relação ao seu entorno estratégico, em especial na região do Indo-Pacífico. Esta área é considerada vital para a vertente marítima da BRI, exigindo controle e estabilidade ao longo das principais rotas comerciais, bem como a proteção das linhas de comunicação marítimas que ali se concentram. Nesse escopo, Balasubramaniam e Murugesan (2020) observam que, dos 35 portos financiados pela China na última década, 14 estão localizados no Oceano Índico e 3 no Pacífico, evidenciando a importância da região. Complementarmente, Jamali *et al.* (2024) ressaltam que mais de 80%

das importações de petróleo chinesas transitam pelo Oceano Índico e pelo estreito de Malacca — um ponto nevrálgico que conecta os oceanos Índico e Pacífico, sob influência de potências estrangeiras — além de 95% do comércio chinês com Europa, Oriente Médio e África. Em relação ao Mar do Sul da China, que abriga gargalos estratégicos como os estreitos de Malacca, Luzon e Taiwan, Cohn (2024) destaca que cerca de 80% do comércio mundial transita por suas águas, com um valor estimado em US\$ 5,3 trilhões anuais, reforçando a centralidade do Indo-Pacífico para os interesses marítimos e comerciais da China.

Essa importância estratégica levou a China a adotar uma postura cada vez mais ostensiva no Indo-Pacífico. Segundo Budiana e Budiman (2024), ao longo da última década, as tensões na região aumentaram paralelamente às ambições chinesas de expandir sua influência. A China reivindica soberania sobre a maior parte da área marítima com base na chamada “linha de nove traços” (*nine-dash line*), uma delimitação unilateral que frequentemente entra em conflito com as reivindicações de países vizinhos, como Filipinas, Vietnã e Malásia. Nesse cenário, Fravel e Glaser (2022) destacam que, a partir de 2008, a China passou a adotar políticas mais assertivas no tocante às disputas de soberania territorial e jurisdição marítima, centradas em três grupos de ilhas no Mar do Sul da China: as Ilhas Paracel, disputadas com Vietnã e Taiwan; o atol de Scarborough, em litígio com as Filipinas; e as Ilhas Spratly, pleiteadas também por Vietnã, Taiwan, Malásia e Filipinas.

No que tange a essas políticas, Cohn (2024) observa que, em 2012, a China tomou o atol de Scarborough — território rico em recursos pesqueiros cuja soberania era reivindicada pelas Filipinas — e, posteriormente, ignorou a decisão do Tribunal Permanente de Arbitragem, instância do fórum internacional da região para disputas territoriais, mantendo o controle da área até os dias atuais. Ademais, a partir de 2014, a China iniciou a construção de ilhas artificiais no arquipélago de Spratly, com o intuito de ampliar o alcance de sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE), assegurando a exploração de recursos marinhos e os respectivos benefícios econômicos. Paralelamente, promoveu a militarização dessas ilhas por meio da instalação de grandes bases militares, dotando-as com sistemas de defesa antiaérea, artilharia de costa e aeronaves de combate de asa fixa e rotativa. Essa estratégia é denominada por Jamali, Hussan e Liu (2024) como “colar de pérolas” e se materializa por meio do estabelecimento de uma rede de instalações comerciais e militares, com o objetivo de ampliar a presença chinesa no Indo-Pacífico, assegurando vantagem e influência mediante o controle de pontos vitais de estrangulamento.

A política de expansão chinesa, especialmente no que tange à exploração de recursos naturais, não se limita aos territórios sob disputa direta. Conforme elucidado por Fravel e Glaser

(2022), a China tem reiteradamente afirmado seu suposto direito de explorar recursos dentro das Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs) de países vizinhos, quando estas se sobrepõem à chamada *nine-dash line*. Desde meados da década de 2000, autoridades chinesas passaram a ameaçar empresas petrolíferas estrangeiras que operavam nas águas vietnamitas, advertindo que poderiam perder acesso ao mercado chinês, ao mesmo tempo em que Pequim abriu seus próprios pontos de exploração dentro da ZEE do Vietnã. As disputas não se restringem ao petróleo, estendendo-se também aos recursos marinhos, com ênfase na pesca. Desde 1999, a China impôs unilateralmente uma moratória de pesca anual no Mar do Sul da China, acima do paralelo 12°N, abrangendo áreas tradicionalmente utilizadas por outros Estados costeiros. Além disso, a partir de 2016, passou a se envolver em sucessivos litígios com a Indonésia, relacionados à presença de embarcações pesqueiras chinesas no interior da ZEE indonésia.

A evolução da presença e influência chinesa tornou-se marcante inclusive nas diversas ilhas do Pacífico. Nesse contexto, Wallis *et al* (2022) destaca diversos fatos que evidenciam um papel mais assertivo da China na região. Nove países do Pacífico aderiram à Iniciativa *Belt and Road* (BRI), com investimentos concentrados em infraestrutura portuária de uso dual. Em 2018 e 2019, circularam rumores sobre o possível estabelecimento de uma base militar chinesa em Vanuatu, bem como sobre o arrendamento da antiga base militar japonesa na ilha de Tulagi, pertencente ao arquipélago das Ilhas Salomão. Wallis *et al* (2022) ressalta ainda a intensificação da presença de empresas estatais chinesas em Papua-Nova Guiné, atuando especialmente nos setores de extração madeireira, pesqueira e mineral. Avançando em direção ao oeste, Jamali, Hussan e Liu (2024) aponta o aumento do tráfego de submarinos e belonaves chinesas nas águas jurisdicionais do Paquistão e do Sri Lanka, o que tem gerado apreensão por parte do governo indiano. Ademais, a inauguração da base militar chinesa no Djibouti, em 2017, permite à Marinha da China exercer vigilância e controle sobre um dos principais pontos de estrangulamento marítimo do mundo, o Golfo de Aden, por onde transita entre 12,5% e 20% do comércio global anualmente.

Como resposta às políticas chinesas, os Estados Unidos adotaram uma série de medidas que evidenciam sua preocupação estratégica com a região do Indo-Pacífico. Nesse contexto, Jamali, Hussan e Liu (2024) destacam o fortalecimento de alianças como o QUAD e o AUKUS, ambas voltadas à segurança marítima e à contenção da influência chinesa, inclusive com a transferência de tecnologia militar entre os países-membros. Tais alianças têm articulado uma nova arquitetura de segurança regional, com a ampliação do número de exercícios militares conjuntos, sendo o *RIMPAC* um dos mais expressivos em termos de escala e participação. No campo geoeconômico, como alternativas à BRI, os EUA promoveram a Estratégia *Free and*

Open Indo-Pacific (FOIP) e o *Indo-Pacific Economic Framework* (IPEF), iniciativas voltadas ao desenvolvimento de infraestrutura, fortalecimento da conectividade e cooperação tecnológica com países parceiros da região. Ressalta-se, ainda, a crescente cooperação bilateral entre Estados Unidos e Índia, considerada pela Estratégia de Segurança Nacional norte-americana de 2017 como peça central da atuação dos EUA no Indo-Pacífico e componente essencial da arquitetura de segurança regional desejada por Washington.

3.3 Desenvolvimento e modernização militar da China

A vertiginosa expansão econômica chinesa impulsionou um desenvolvimento significativo nas demais expressões de seu poder nacional, em especial o poder militar e a crescente envergadura de suas Forças Armadas. Nesse sentido, Bull (1977) ressalta que o jogo entre todos os tabuleiros internacionais está interligado, de forma que uma posição vantajosa na política comercial global pode ser estrategicamente convertida em influência política e militar — trajetória que se concretizou no caso chinês a partir do final do século XX. Entre 2000 e 2020, os gastos chineses com defesa dispararam de aproximadamente US\$ 22 bilhões para mais de US\$ 250 bilhões, posicionando o país como o segundo maior investidor militar do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos (Tayane e Ramouni, 2025, p.153, tradução nossa). Conforme indicado por Smura (2024), os investimentos chineses em defesa mais do que triplicaram desde 2006, enquanto os norte-americanos mantiveram-se relativamente estáveis no mesmo período. Em termos de recursos humanos, as Forças Armadas chinesas atingiram um nível de desenvolvimento sem precedentes, contando com um efetivo de 2.035.000 militares — o maior contingente ativo do mundo (GFP, 2025). Diante do exposto, nota-se que, em termos militares, a China passou de uma postura predominantemente defensiva e de pouca expressão, para uma potência militar de destaque, apta a influenciar ativamente a ordem internacional emergente.

As profundas reformas estruturais implementadas no Exército Popular de Libertação (EPL) a partir de 2015, sob a liderança do presidente Xi Jinping, marcaram uma inflexão significativa na organização e no emprego das Forças Armadas chinesas. De acordo com Smura (2024), essas reformas resultaram na reestruturação do aparato militar em cinco teatros operacionais, todos subordinados à Comissão Militar Central, órgão composto por sete membros e presidido pelo próprio chefe de Estado. A nova configuração passou a organizar o EPL em quatro ramos principais e relativamente autônomos: as forças terrestres, navais, aéreas

e a recém-criada Força de Mísseis. Esta última representa uma evolução da 2ª Força de Artilharia, sendo concebida com a missão de ampliar a capacidade de conduzir ataques de precisão em médio e longo alcance em todos os ambientes operacionais. Além disso, a Força de Mísseis incorporou funções estratégicas vinculadas à dissuasão nuclear, ao integrar plataformas de lançamento aptas ao emprego de ogivas nucleares, consolidando, assim, um componente crucial da estratégia de segurança nacional chinesa.

As reformas militares empreendidas pela China passaram a ser concebidas como projetos estratégicos de longo prazo, refletindo a visão do governo de consolidar o país como uma potência militar global. Conforme aponta Smura (2024), o Livro Branco de Defesa Nacional chinês, publicado em 2019, delineia como objetivo central a transformação do Exército Popular de Libertação (EPL) em uma força armada de projeção global até 2049 — ano emblemático que marca o centenário da Revolução Comunista e da fundação da República Popular da China. Para alcançar tal meta, o documento estabelece dois marcos intermediários: primeiro, atingir, até 2020, um estágio avançado de mecanização e informatização, com capacidades estratégicas substancialmente aprimoradas; segundo, completar, até 2035, a modernização da defesa nacional por meio do aperfeiçoamento doutrinário, da reorganização estrutural, da formação profissional militar e do desenvolvimento de armamentos e equipamentos de última geração.

No tocante à qualificação profissional, Julianne e Lagraulet (2022) destacam que, até o final da década de 1990, o processo de aperfeiçoamento dos oficiais nas Forças Armadas chinesas era marcado por fragilidades, com promoções frequentemente desvinculadas de uma formação acadêmica avançada. A partir do século XXI, contudo, observa-se uma inflexão nessa dinâmica, especialmente após 2015, quando as academias militares vinculadas à Marinha, à Força Aérea e à Força de Mísseis registraram um aumento de 14% no recrutamento. Destaca-se, nesse contexto, o crescimento expressivo — em torno de 16% — em áreas de alta especialização, como inteligência espacial, radares e sistemas de drones. Quanto às instituições de ensino e pesquisa, as reformas priorizaram a qualidade em detrimento da quantidade: o número de escolas e universidades militares foi reduzido de 77 para 44. Paralelamente, as principais instituições de elite, como a Universidade de Defesa Nacional (UDN), a Universidade Nacional de Tecnologia de Defesa (UNTD) e a Academia Militar de Ciências (AMC), foram reestruturadas e passaram a ser subordinadas diretamente ao conselho administrativo de pesquisa científica militar da Comissão Militar Central, reforçando o controle estratégico sobre a formação e a produção de conhecimento de defesa.

A evolução na formação profissional dos militares chineses gerou um ciclo virtuoso em consonância com a modernização tecnológica e o desenvolvimento de equipamentos de defesa, elementos fundamentais para o salto qualitativo das Forças Armadas chinesas. Nesse sentido, Ekpo (2024) destaca que, até o final da década de 1990, o EPL dispunha majoritariamente de forças de infantaria leve e armamentos obsoletos, como aeronaves, submarinos, peças de artilharia e carros de combate baseados, em grande medida, em projetos soviéticos da década de 1950. Entretanto, conforme aponta Karki (2024), o sucesso incontestável da Operação Tempestade no Deserto, liderada pelos Estados Unidos durante a Guerra do Golfo em 1991, despertou nos estrategistas chineses a consciência sobre a superioridade de forças dotadas de alta tecnologia frente a adversários tecnologicamente inferiores. Tal constatação impulsionou a aplicação da informatização em todos os níveis operacionais, com especial atenção às capacidades C4ISR (Comando, Controle, Comunicações, Computação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento). Como exemplos dessas capacidades, destacam-se o desenvolvimento de veículos aéreos não tripulados (VANTs) como os modelos LJ-1, FH-95 e FH-97 – este último dotado de tecnologia stealth e alta velocidade – além de drones navais, tanto de superfície quanto subaquáticos, como o Haiyi. No campo da aquisição de alvos, foi desenvolvido o sistema Y-8J AEW, capaz de detectar objetos diminutos, como o periscópio de um submarino, a distâncias superiores a 185 km. Expandindo essas capacidades para o domínio espacial, a China lançou, apenas em 2021, 22 satélites de reconhecimento, sendo 18 voltados à escuta eletrônica e 4 à observação, o que consolidou um conjunto de capacidades em guerra eletrônica comparável ao dos Estados Unidos.

As Forças Armadas chinesas também passaram por profundas transformações doutrinárias, tendo sua evolução acompanhado o desenvolvimento e os objetivos geopolíticos do Estado chinês. Conforme analisado por Babar e Khan (2022) e visualizado na Figura 4, após a Revolução Comunista de 1949, a doutrina militar chinesa manteve-se fortemente influenciada pela estratégia de guerrilha maoísta, de natureza predominantemente defensiva. Tal orientação ficou evidente a partir de 1956, com a adoção da estratégia “Defendendo a Pátria”, que consolidava o caráter defensivo das Forças Armadas chinesas. Essa tendência persistiu com a diretriz seguinte, instituída em 1964, denominada “Atraindo o Inimigo em Profundidade”, formulada em um contexto de crescente tensão sino-soviética, que redirecionou o foco estratégico da China dos Estados Unidos para as ameaças oriundas de seu entorno geográfico imediato. Apenas ao final do século XX, em 1993, observou-se uma inflexão significativa na doutrina militar, com a formulação da estratégia “Vencendo Guerras Locais sob Condições de Alta Tecnologia”, a qual introduziu uma postura marcadamente ofensiva, rompendo com a

tradição defensiva anterior. A partir de 2004, com ênfase na informatização da defesa, o foco passou a recair sobre a integração de dados e informações em operações conjuntas, refletindo uma maior capacidade de projeção de poder — particularmente sobre áreas insulares, com destaque para Taiwan. Sob a liderança de Xi Jinping, em 2014, foi lançada a nova diretriz “Vencendo Guerras Locais Informatizadas”, que acentuou ainda mais a natureza ofensiva da doutrina, com ênfase estratégica voltada para o domínio do espaço marítimo adjacente, especialmente o Mar do Sul da China. Essas transformações doutrinárias revelam uma mudança substancial na postura da política externa chinesa, que passou de uma lógica essencialmente reativa para uma atuação mais assertiva e proativa no cenário internacional. A evolução da estratégia de defesa reflete a ambição da China de proteger seus interesses além de suas fronteiras imediatas, fazendo da sua doutrina militar um instrumento central na projeção de poder e na consolidação do papel chinês como potência global emergente.

Figura 4 – Evolução cronológica da doutrina militar chinesa pós-1949.

Year	Name	Operational Target	Orientation
1949	The Maoist People’s War Doctrine	United States	Defensive
1956	Defending the Motherland	United States	Defensive
1964	Luring the Enemy in deep	United States	Defensive
1977	Active Defense, Luring the enemy in deep	Soviet Union	Defensive
1993	Winning local wars under high-technology conditions	Taiwan	Offensive
2004	Winning local wars under informatized conditions	Taiwan (US)	Offensive
2014	Winning informatized local wars	Taiwan (US)	Offensive
2019	Military strategy guidelines for the new era	Taiwan (US)	Offensive

Fonte: Babar & Khan (2022, p.49).

A evolução da doutrina militar chinesa evidencia uma tendência orientada à ampliação da capacidade de projeção de poder no entorno estratégico do país. Essa orientação, aliada às demandas de segurança impostas pelos grandes projetos geoeconômicos promovidos pelo governo, especialmente a Iniciativa *Belt and Road*, impulsionou a necessidade de fortalecimento da Marinha. Nesse contexto, tornou-se fundamental o desenvolvimento de uma força naval robusta, com capacidades anfíbias e apta a operar em dimensões oceânicas, consolidando-se como instrumento essencial de projeção de poder e garantia dos interesses estratégicos chineses. Acompanhando essa trajetória evolutiva, Li (2023) apresenta uma análise cronológica do fortalecimento do poder naval chinês desde a fundação da República Popular

da China em 1949. A criação da Marinha do Exército Popular de Libertação, em 23 de abril daquele ano, representou o ponto de partida de uma força com capacidades limitadas, constituída majoritariamente por embarcações remanescentes do Kuomintang, carente de doutrina naval própria e comandada por oficiais oriundos do Exército, sem experiência marítima. Inicialmente voltada à defesa costeira e ao apoio às operações terrestres, a força naval apresentava caráter eminentemente defensivo. Contudo, com a eclosão da Guerra da Coreia, iniciou-se um intenso intercâmbio doutrinário, técnico e industrial com a União Soviética, consolidado pelo acordo sino-soviético e pela chegada do primeiro contingente de conselheiros navais soviéticos. Esse apoio externo revelou-se decisivo para a criação da primeira escola naval chinesa, em fevereiro de 1950, e para o processo de assimilação de tecnologias navais, replicação de navios patrulha de pequeno porte e incorporação de sistemas de armas soviéticos. A vinda de engenheiros navais da URSS também contribuiu diretamente para o desenvolvimento da indústria naval chinesa, possibilitando a estruturação de uma Marinha de águas marrons, voltada ao patrulhamento costeiro e à defesa das ilhas próximas ao seu litoral. Esse período inicial foi, portanto, fundamental para a consolidação das bases institucionais e operacionais da força naval chinesa, ainda restrita ao seu entorno estratégico imediato, mas já em processo de transformação rumo à construção de uma capacidade marítima mais ampla e estruturada.

Nesse contexto, Li (2023) identifica um período de estagnação na evolução da capacidade naval chinesa, provocado por uma série de fatores políticos, estratégicos e institucionais. A controversa política do Grande Salto Adiante, iniciada em 1958, a ruptura das relações sino-soviéticas no início da década de 1960 — que interrompeu o intercâmbio doutrinário e tecnológico com a URSS — e o redirecionamento dos recursos estatais para o desenvolvimento do programa nuclear chinês como instrumento de dissuasão estratégica contribuíram significativamente para essa desaceleração. A situação agravou-se ainda mais com a eclosão da Revolução Cultural⁴, em 1966, período marcado por intensas purgas no interior do Partido Comunista e das Forças Armadas, o que desorganizou profundamente as estruturas institucionais do país. Apesar dessas adversidades, o período não foi totalmente infrutífero para

⁴ Revolução Cultural: movimento sociopolítico liderado por Mao Tsé-Tung com o objetivo declarado de "purificar" o Partido Comunista Chinês e a sociedade de elementos burgueses, revisionistas e tradicionais que, segundo Mao, ameaçavam os princípios do socialismo. Impulsionada por sua intenção de recuperar influência política após o fracasso do Grande Salto Adiante, a revolução mobilizou especialmente os jovens por meio da Guarda Vermelha, que promoveu perseguições, humilhações públicas, destruição de símbolos culturais e repressão violenta a intelectuais, burocratas e até antigos aliados do regime. As instituições educacionais foram fechadas, milhões foram deslocados ou mortos, e o país mergulhou em um período político e econômico conturbado. A Revolução terminou oficialmente com a morte de Mao, em 1976, sendo posteriormente condenada pelo próprio Partido como um "grave erro histórico".

a Marinha chinesa. A participação indireta na Guerra do Vietnã — especialmente por meio do apoio logístico ao Vietcongue via acesso marítimo à Trilha Ho Chi Minh ⁵ e pela realização de operações de remoção de minas —, somada às disputas territoriais nas ilhas Paracel e Spratly contra o Vietnã do Sul e as Filipinas, revelaram a crescente necessidade de dotar o país de uma força naval mais robusta, profissionalizada e com maior raio de ação. Com a morte de Mao Zedong, em 1976, e a ascensão de Deng Xiaoping e suas reformas econômicas a partir de 1978, ganha destaque a figura do Almirante Liu Huaqing — frequentemente comparado a Alfred Mahan ⁶ — que se tornou um dos principais formuladores da visão estratégica naval da China contemporânea. Liu defendeu junto a Deng a construção de uma Marinha de águas azuis, com navios-aeródromos, destróieres e fragatas capazes de proteger rotas comerciais e linhas de comunicação marítimas cada vez mais distantes do litoral chinês, integrando o poder naval à estratégia de desenvolvimento econômico nacional.

A partir da década de 1990, especialmente com a observação da condução da Guerra do Golfo e, posteriormente, durante a crise do Estreito de Taiwan em 1996 — quando a China tentou exercer pressão sobre a primeira eleição presidencial taiwanesa por meio de demonstrações de força —, o governo chinês passou a compreender, de forma prática, a importância do domínio marítimo moderno. Nesse contexto, a partir dos anos 2000, a Marinha do Exército Popular de Libertação (PLAN) passou a receber incrementos expressivos em orçamento e tecnologia, resultando no lançamento de fragatas e destróieres modernos. Entre 2000 e 2010, foram comissionados mais de 30 submarinos, tanto de fabricação nacional quanto adquiridos da Rússia, além do início do programa de porta-aviões, com destaque para o *Liaoning*, originalmente de origem soviética e incorporado à frota chinesa em 2012 após extensas modernizações. Ademais, 2010 marca o ano em que a China se tornou o maior construtor naval do mundo, ultrapassando a Coreia do Sul em tonelagem produzida. No que se

⁵ Ho Chi Minh: principal líder da luta pela independência e unificação do Vietnã, nasceu em 19/05/1890 na cidade de Hanói. Ativista anticolonial desde jovem, viveu na França, URSS e China, onde se aproximou do marxismo-leninismo e fundou o Partido Comunista do Vietnã. Em 1945, proclamou a independência do Vietnã frente à França, dando início à Guerra da Indochina, que culminaria na derrota francesa em Dien Bien Phu (1954). Posteriormente, liderou politicamente o Vietnã do Norte na luta contra os Estados Unidos e o Vietnã do Sul durante a Guerra do Vietnã. Figura simbólica do nacionalismo vietnamita, combinou ideologia comunista com apelo patriótico, tornando-se um dos grandes líderes revolucionários do século XX. Morreu em 1969, antes da vitória final de 1975, mas permanece um ícone da resistência anti-imperialista.

⁶ Alfred Thayer Mahan: oficial da Marinha dos Estados Unidos e historiador naval, nasceu em 27/09/1840 e viveu até 1914, foi um dos mais influentes teóricos da estratégia marítima. Sua obra mais célebre, *The Influence of Sea Power upon History (1660–1783)*, publicada em 1890, defende que o domínio dos mares foi essencial para o desenvolvimento e a ascensão das grandes potências. Influenciado por Jomini e pela história naval britânica, Mahan argumentava que o poder marítimo de uma nação dependia de fatores como localização geográfica, extensão do litoral, tamanho da população, caráter do povo e do governo, além da existência de uma economia produtiva, marinha mercante e colônias estratégicas. Defendia a supremacia naval como instrumento central da política internacional, com ênfase na batalha decisiva e na concentração de forças navais.

refere à aplicação operacional dessa capacidade, Li (2023) destaca a atuação da Marinha chinesa entre 2008 e 2011 no Golfo de Áden e na costa africana, com o envio de Grupos-Tarefa para missões internacionais de combate à pirataria, empregando um efetivo de 8.400 militares, 25 navios e 18 aeronaves, responsáveis pela escolta de mais de 4.000 embarcações mercantes e pelo resgate de 51 navios em situação de risco. Assim, observa-se que, em um intervalo de apenas seis décadas, a China transformou sua Marinha de uma força defensiva e costeira em 1949 para uma força naval moderna, de relevância e paridade internacional.

Com a assunção do presidente Xi Jinping, em 2012, a Marinha chinesa entrou em sua mais recente fase de ampliação e modernização, tornando-se o principal vetor da estratégia de projeção de poder da China. Essa diretriz está alinhada à ambição, expressa na estratégia de defesa nacional, de transformar o país em uma potência marítima global até 2049. Segundo Li (2023), ao longo da última década, a Marinha chinesa passou a operar porta-aviões autóctones — o *Shandong* e o *Fujian* — e expandiu significativamente suas operações de águas-azuis, adquirindo capacidade de operar de forma contínua além do entorno costeiro. Destacam-se, nesse sentido, o estabelecimento da base naval em Djibouti, em 2017, e o aumento da presença no Indo-Pacífico, por meio da realização de exercícios navais bilaterais com marinhas de outros 14 países desde 2021. Ademais, observa-se a crescente multidimensionalidade da força naval chinesa, com o desenvolvimento de submarinos nucleares lançadores de mísseis balísticos (SSBN), o fortalecimento da capacidade anfíbia — com um Corpo de Fuzileiros Navais em expansão, cujo efetivo quase dobrou desde 2020 — e a consolidação de uma estrutura moderna e diversificada. Nesse contexto, a Marinha chinesa tornou-se a maior do mundo em tonelagem, com um total de 754 ativos navais, incluindo 150 navios-patrulha, 72 corvetas, 47 fragatas e 61 submarinos (GFP, 2025). Esse expressivo desenvolvimento naval e militar provocou reações por parte dos Estados Unidos, que passaram a intensificar sua presença no Indo-Pacífico e a fortalecer alianças regionais, buscando contramedidas capazes de amortecer essa expansão.

A mudança da política externa dos Estados Unidos em relação à Ásia evoluiu de uma postura de atenção, monitoramento e controle para uma estratégia de contenção efetiva, à medida que o desenvolvimento chinês se tornava progressivamente mais diversificado e ostensivo. Como consequência, a cooperação bilateral que prevalecera desde os anos 1970 — iniciada com a diplomacia triangular de Henry Kissinger durante a Guerra Fria — foi gradualmente substituída por um ambiente de crescente antagonismo e ressentimento. Esse recrudescimento é evidenciado pela classificação da China como uma potência revisionista na *National Security Strategy* da primeira administração Trump, em 2017, e pela sua designação como competidor estratégico na *National Defense Strategy* de 2018, sinalizando o

aprofundamento das tensões em domínios como tecnologia, disputas marítimas estratégicas e defesa.

A ascensão da China nas últimas décadas, impulsionada por um projeto estratégico multifacetado que combina crescimento econômico, inovação tecnológica, modernização militar e expansão geopolítica, desafia diretamente a hegemonia norte-americana e põe em xeque a tese do "Fim da História" de Fukuyama, a qual previa a consolidação do modelo liberal ocidental como ápice do desenvolvimento político e econômico mundial. A emergência de um modelo alternativo, baseado na centralização estatal, desenvolvimentismo e pragmatismo, evidencia a pluralidade de caminhos rumo à modernidade e reposiciona a China como protagonista da ordem internacional. Nesse contexto, o crescente antagonismo militar no Indo-Pacífico e, em especial, no Mar do Sul da China, revela-se como uma manifestação concreta do dilema de segurança realista, no qual a ampliação das capacidades defensivas de um Estado, percebida como ameaça por seus rivais, gera um ciclo de desconfiança e reações armadas que tende à instabilidade regional. A intensificação da presença naval dos EUA e o fortalecimento das alianças estratégicas na região refletem esse padrão clássico das Relações Internacionais, consolidando a competição sino-americana como eixo estruturante da atual ordem global.

4 MILITARIZAÇÃO DO MAR DO SUL DA CHINA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O EMPREGO DE FUZILEIROS NAVAIS

O presente capítulo tem como objetivo analisar os desdobramentos estratégicos da crescente militarização do Mar do Sul da China, com ênfase nas implicações para o emprego dos Corpos de Fuzileiros Navais (CFN). A partir da identificação dos fatores que levaram à intensificação da presença militar na região — notadamente o avanço das capacidades navais chinesas, a afirmação territorial promovida por meio da construção de ilhas artificiais e a resposta norte-americana fundamentada nos princípios da liberdade de navegação —, busca-se compreender a dinâmica do dilema de segurança instaurado entre as duas potências. Nesse contexto, são examinadas as principais transformações materiais, doutrinárias e organizacionais nos corpos de fuzileiros navais da China e dos Estados Unidos, cujas forças vêm sendo moldadas para operar em ambientes litorâneos contestados e de elevada complexidade estratégica. Por fim, o capítulo propõe uma reflexão sobre os possíveis impactos desse antagonismo para o Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, destacando lições e diretrizes que podem orientar sua evolução institucional frente aos desafios contemporâneos de defesa e projeção de poder no Atlântico Sul.

4.1 Militarização e Dilema de Segurança no Mar do Sul da China

Os grandes projetos estratégicos chineses no século XXI, especialmente a Iniciativa *Belt and Road*, conferiram ao domínio marítimo um papel de fundamental importância para as aspirações econômicas e políticas do Estado chinês, tornando o desenvolvimento de sua Marinha e a consequente afirmação militar em seu entorno estratégico um desdobramento inevitável. Nesse contexto, Scobell (2018) destaca que o Mar do Sul da China teve seu status elevado à condição de questão vital para os interesses nacionais, transformando-se em um tema central para a legitimação política doméstica do Partido Comunista Chinês. Para Pequim, essa região passou a simbolizar o núcleo das reivindicações marítimas históricas, materializando os princípios de unidade e integridade territorial, além da rejeição à interferência de potências externas nos assuntos internos da China.

Com relação ao valor estratégico da região para a China, Zhang (2022) destaca não apenas o controle de pontos marítimos cruciais, como o Estreito de Malacca e Taiwan — que proporcionam proteção contra ameaças como o terrorismo marítimo ou bloqueios impostos por potências rivais, conferindo maior iniciativa ao governo chinês no que tange ao seu

desenvolvimento e segurança econômica —, mas também seu papel como escudo geoestratégico, funcionando como uma zona tampão que assegura a defesa da China continental. Esse domínio regional permite o aprofundamento da defesa em camadas, garantindo alerta e engajamento antecipados em caso de conflito, além de possibilitar o emprego de aeronaves e mísseis balísticos lançados de superfície a partir das diversas ilhotas espalhadas ao longo da vasta área marítima contestada.

Devido à sua crescente vocação comercial marítima ao longo da segunda metade do século XX, a China passou a adotar, segundo Scobell (2018), uma estratégia de “Conflito de Baixa Intensidade” no Mar do Sul da China. Essa abordagem se caracterizou por uma postura gradualista e de longo prazo, voltada à realização de suas reivindicações territoriais da maneira mais discreta possível. A partir da década de 1970, esse comportamento traduziu-se na ocupação de ilhas e recifes na região, ora pela força — como nas Ilhas Paracel, em 1974, e nas Ilhas Spratly, em 1988 —, ora sem oposição significativa, como no caso do recife de Mischief, em 1995. Paralelamente, a China passou a reforçar furtivamente suas posições já ocupadas por meio da construção de fortificações, instalações portuárias e pistas de pouso.

No entanto, conforme destaca Scobell (2018), a partir dos anos 2010, as ações chinesas tornaram-se progressivamente mais assertivas, gerando maior alarme e possibilidades de reação por parte dos países do Sudeste Asiático. Como exemplo, entre dezembro de 2013 e 2018, Pequim iniciou um massivo programa de expansão territorial, adicionando mais de 2.900 acres em sete das oito formações ocupadas no arquipélago das Ilhas Spratly. Ademais, tais medidas foram acompanhadas por sucessivas demonstrações de força, voltadas principalmente contra embarcações pesqueiras. A mais notável ocorreu em maio de 2014, quando dezenas de embarcações da Guarda Costeira chinesa, juntamente com sete navios de guerra, formaram anéis de proteção concêntricos em torno de um navio de exploração de petróleo, posicionado a 120 milhas da costa do Vietnã, dentro de sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE), com início e término da operação previamente anunciados por Pequim. Essas posturas levaram países envolvidos em disputas territoriais com a China, como Vietnã, Filipinas e Taiwan, a recorrer com mais frequência ao apoio dos Estados Unidos para contestar publicamente as ações chinesas, sobretudo em razão da expressiva disparidade de poder militar entre os países do Sudeste Asiático e a China. No que tange às capacidades navais — força decisiva nas disputas pelo domínio marítimo —, os dados revelam uma assimetria significativa. Enquanto a Marinha chinesa conta com aproximadamente 754 ativos navais, entre navios de superfície e submarinos, as demais potências regionais dispõem de contingentes consideravelmente menores: Indonésia (327), Filipinas (113), Vietnã (110), Malásia (100), Taiwan (97) e Singapura (50) (GFP, 2025).

Dessa forma, o poder naval conjunto de todos os estados na área do Mar do Sul da China é inferior ao chinês em termos de quantidade. Essa desproporção tem levado ao estabelecimento de parcerias estratégicas com grandes potências extrarregionais, especialmente os EUA, como forma de compensação e dissuasão.

A resposta norte-americana tem sido pautada pelo cumprimento do direito marítimo conforme estabelecido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). Segundo Scobell (2018), a abordagem de Washington pode ser caracterizada como firme nos princípios, mas flexível nas ações. A política norte-americana fundamenta-se na inviolabilidade do princípio da liberdade de navegação, conforme disposto no artigo 87 da CNUDM, e na priorização da proteção dos bens comuns globais (*Global Commons*). Em contrapartida, conforme exposto por Fravel e Glaser (2022), com o desenvolvimento e a crescente projeção de sua Marinha, a China passou a exigir que navios militares estrangeiros solicitem permissão prévia para transitar por seu mar territorial — o que, segundo a CNUDM, caracteriza-se como passagem inocente. Ademais, o governo chinês tem se oposto firmemente à realização de atividades militares estrangeiras em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE), argumentando que tais operações estariam associadas a ações de reconhecimento e vigilância de seu litoral. Desde 2015, os Estados Unidos têm contestado essas posições por meio da intensificação das operações de liberdade de navegação (*Freedom of Navigation Operations* – FONOPs), especialmente em áreas que a China declarou como de acesso restrito, como os arquipélagos de Paracel e Spratly.

Com relação a essas operações, Teixeira (2021) destaca que, embora o conceito de passagem inocente se aplique a navios de guerra em águas territoriais, o direito marítimo não autoriza a realização de exercícios militares, incluindo atividades de pesquisa, sem a devida autorização do Estado costeiro. A CNUDM também estabelece que a passagem inocente deve ocorrer de forma contínua e expedita, com as embarcações mantendo movimento constante. No entanto, os exercícios conduzidos pelas frotas norte-americanas têm apresentado padrões de navegação irregulares, com o objetivo de sinalizar a não aceitação da legitimidade das reivindicações territoriais chinesas no Mar do Sul da China. Sob a perspectiva de Pequim, essa presença da Marinha norte-americana revela uma intenção deliberada de desafiar e humilhar publicamente o país. Essas discordâncias culminaram em incidentes entre navios norte-americanos e chineses. Fravel e Glaser (2022) destacam como principais exemplos a interferência da Marinha chinesa, em 2009, com a navegação do USS *Impeccable*, que realizava atividades de pesquisa nas proximidades da ilha de Hainan; e, mais recentemente, um episódio

ocorrido em 2018, quando um destróier chinês navegou em rumo de colisão com um destróier norte-americano, obrigando este último a manobrar para evitar o abalroamento.

No contexto deste antagonismo, Teixeira (2021) destaca a crescente presença e o aumento do efetivo em bases militares situadas em países aliados aos Estados Unidos, como Tailândia e Filipinas. Desde 2016, observa-se um reforço substancial da Sétima Frota (*7th Fleet*) do Pacífico, acompanhado por um incremento nas operações aéreas e nos exercícios navais, em uma estratégia que visa intimidar e projetar poder frente às reivindicações territoriais e jurídicas da China. Nesse sentido, Mearsheimer (2010) ressalta a dificuldade de se distinguir a natureza ofensiva ou defensiva dessas capacidades, o que leva Pequim a interpretar esse acúmulo de força em sua vizinhança como orientado para fins ofensivos. Nota-se, portanto, um histórico e evidente incômodo chinês com a presença de bases e ativos navais norte-americanos na região, percebidos como instrumentos de coerção e intimidação.

Como resposta e medida de afirmação diante da presença norte-americana e de seus aliados, a Marinha chinesa passou a empregar e posicionar, com crescente dispersão, os armamentos e equipamentos produzidos por sua indústria de defesa. Conforme Balasubramaniam e Burugesan (2020), a militarização de ilhas artificiais, mediante o estabelecimento de bases aéreas e instalações portuárias nas Ilhas Spratly (recifes Subi, Fierly Cross e Mischief) e Paracel, passou a representar uma ameaça concreta à segurança dos países vizinhos na região. A partir de 2016, a China tem conduzido extensivos exercícios militares no Mar do Sul da China e no Oceano Índico, com foco em ações de bloqueio marítimo e interdição, destacando-se o comissionamento de dois porta-aviões operacionais — *Liaoning* e *Shandong*, sendo este último projetado e fabricado integralmente em solo chinês. O planejamento da Marinha chinesa prevê, até 2030, a incorporação de quatro navios aeródromos equipados com catapultas eletromagnéticas de lançamento de aeronaves em seus conveses principais. Ademais, a Frota do Mar do Sul é equipada com um número superior de submarinos lançadores de mísseis balísticos (SSBNs), submarinos nucleares de ataque da classe *Shang-I*, bem como navios-patrolha equipados com mísseis, em comparação às demais frotas navais do território chinês.

Dentro de suas capacidades de defesa, a China tem concentrado esforços no fortalecimento de suas capacidades A2/AD (antiacesso e negação de área). Nesse contexto, Balasubramaniam e Burugesan (2020) destacam o papel central da Força de Mísseis do país na construção de um sistema defensivo marítimo em camadas, concebido para responder aos desafios de segurança na região do Indo-Pacífico. Essas camadas defensivas se estendem de 540 a 1000 milhas náuticas, abrangendo integralmente o Mar do Sul da China, o Japão, Brunei, as Filipinas e o Estreito de Malacca. Como elemento complementar à sua arquitetura defensiva,

essas áreas são regularmente patrulhadas por submarinos e permanecem sob a cobertura de mísseis balísticos antinavio posicionados tanto na costa continental quanto nas ilhas artificiais controladas por Pequim. Além disso, a China tem aperfeiçoado seus radares OTH (*Over-the-Horizon*), capazes de detectar alvos além da linha do horizonte com crescente precisão e menor atenuação de sinal, bem como investido no desenvolvimento de satélites de reconhecimento, aptos a localizar alvos a milhares de quilômetros e a fornecer dados críticos para a orientação de seus sistemas de mísseis de longo alcance.

A Marinha chinesa também tem investido fortemente na modernização de seus meios submarinos e de superfície, com o objetivo de ampliar sua capacidade de dissuasão e afirmar sua presença no entorno estratégico. Nesse contexto, Balasubramaniam e Burugesan (2020) destacam o aprimoramento dos submarinos de ataque nuclear Tipo-093 e Shang-II, capazes de lançar mísseis balísticos com alcance de até 7.400 km, o que lhes permite atingir alvos em qualquer ponto da Índia e da Austrália, além de bases navais no Oceano Índico e até em partes do Alasca. Como expressão da busca por superioridade militar no Indo-Pacífico, Pequim desenvolveu o maior navio de combate de superfície da Ásia: o destróier Tipo-055. Trata-se de uma classe equipada com mísseis *Stealth* e projetada para missões multifuncionais, que vão desde a defesa antiaérea até operações de guerra antissubmarino. Como parte dos projetos futuros de aperfeiçoamento, a China anunciou o desenvolvimento de plataformas eletromagnéticas capazes de lançar ogivas a velocidades hipersônicas de Mach 7, bem como o planejamento da produção de até 500 ogivas para equipá-las até 2030.

A intensificação das capacidades militares chinesas, notadamente por meio da modernização de sua Marinha, da construção de ilhas artificiais com infraestrutura militar e da crescente atuação da guarda costeira — que, segundo Fravel e Glaser (2022), já conta com mais de 200 embarcações, configurando-se como a maior da Ásia — tem provocado preocupação entre os países da região. De acordo com Hassan (2022), embora Pequim defenda que tais ações têm caráter defensivo e visam proteger sua soberania histórica sobre a região — especialmente nas áreas delimitadas pela chamada linha de nove traços (*nine-dash line*) — a percepção regional é de crescente ameaça e desequilíbrio estratégico.

A resposta dos Estados da região tem sido pautada por dois eixos principais: o fortalecimento de capacidades militares e o aprofundamento de alianças estratégicas. Este ciclo de ação-reação alude a um conceito muito empregado no Realismo, o dilema de segurança. Conforme abordado por Lee, Sims e Lee (2024):

O dilema de segurança é um conceito na teoria das Relações Internacionais que descreve uma situação em que ações tomadas por um estado para aumentar sua segurança, inadvertidamente levam a uma maior insegurança por parte de outros estados. Essa dinâmica resulta em um ciclo de ações e reações, em que cada tentativa de um estado de reforçar sua segurança provoca contramedidas e aumento de tensões na região. Em termos práticos, o dilema de segurança surge porque medidas, como aumento de poder militar e formação de alianças, tomadas por um estado para uma maior sensação de segurança tendem a fazer com que outros se sintam ameaçados. Estes estados, por sua vez, aumentam suas próprias medidas de segurança, gerando uma espiral de militarização e corrida armamentista (Lee, Sims e Lee, 2024, p. 4, tradução nossa).

Nesse contexto, em resposta ao crescente desenvolvimento militar chinês, países como Filipinas e Vietnã têm aumentado seus orçamentos de defesa e promovido a modernização de suas forças navais, ao mesmo tempo em que intensificam os laços com potências extrarregionais, sobretudo os Estados Unidos. O caso filipino é particularmente emblemático. Conforme analisado por Lee, Sims e Lee (2024), após a vitória no Tribunal Permanente de Arbitragem, em 2016, que invalidou a maior parte das reivindicações territoriais chinesas fundamentadas na *nine-dash line* — decisão não reconhecida por Pequim —, Manila adotou uma postura mais assertiva, intensificando patrulhas navais e reaproximando-se de Washington — inclusive por meio de novos acordos que ampliam o acesso militar norte-americano a bases no arquipélago. A reação chinesa a essas movimentações, por sua vez, tem sido marcada por advertências diplomáticas e a realização de novos exercícios militares, perpetuando o ciclo de ação e reação típico do dilema de segurança.

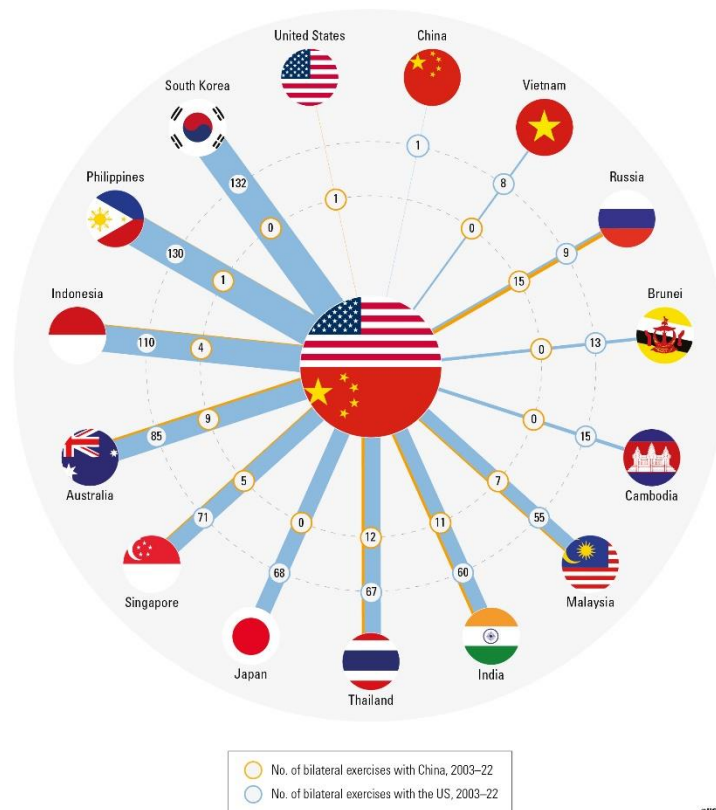
A dinâmica do dilema de segurança pode ser observada ainda na formação de alianças e mecanismos multilaterais. Hassan (2022) destaca o fortalecimento do Diálogo de Segurança Quadrilateral (QUAD), composto por Estados Unidos, Japão, Índia e Austrália. Embora seus membros enfatizem objetivos de estabilidade e livre navegação no Indo-Pacífico, Pequim interpreta o agrupamento como uma tentativa de contenção⁷, comparando-o até mesmo à lógica da Guerra Fria. No âmbito das alianças multilaterais na região, Foster e Clark (2024) destacam o estabelecimento do bloco militar AUKUS, formalizado em 2021 entre Austrália, Reino Unido e Estados Unidos, com o objetivo de reforçar a segurança militar, especialmente nos domínios da guerra eletrônica e cibernética. Um dos principais focos da aliança consiste no apoio

⁷ A Doutrina da Segurança Nacional de Contenção (DSNC) surgiu durante a Guerra fria como estratégia geopolítica dos Estados Unidos para conter a expansão do comunismo e a subversão por meio do alinhamento dos Estados, especialmente da América Latina, ao regime liberal-capitalista e à cooperação para a defesa coletiva do continente americano. Essa estratégia foi formulada como parte da resposta à rivalidade entre as potências emergentes da II Guerra Mundial – Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), dentre outras estratégias utilizadas por ambas as potências para disseminar suas visões de uma nova ordem global. A doutrina se baseava na crença de que, uma vez que um país caísse sob influência comunista, outros países vizinhos também seriam afetados, como peças de dominó, levando à expansão do comunismo em cascata (Teoria do dominó).

britânico e norte-americano à Austrália para a aquisição e o desenvolvimento de submarinos de propulsão nuclear. Tal acordo gerou significativa apreensão em outros países do Indo-Pacífico, como Malásia e Indonésia, diante da possibilidade de intensificação de tensões regionais e de uma eventual proliferação nuclear.

A crescente presença de atores extrarregionais, como França e Reino Unido, por meio de exercícios navais e iniciativas diplomáticas, contribui para tornar o ambiente estratégico do Mar do Sul da China cada vez mais congestionado e propenso a incidentes. Esta presença de atores externos, especialmente os EUA, pode ser observada na Figura 5, destacando-se os dados do relatório de avaliação de segurança regional do *International Institute of Strategic Studies*, de 2024, apontando os 1113 exercícios realizados pelos EUA com países do Indo-Pacífico de 2003 a 2022. Em síntese, esta área constitui hoje um caso emblemático da dinâmica do dilema de segurança, no qual percepções de ameaça, interesses estratégicos conflitantes e a ausência de mecanismos eficazes de confiança mútua convergem para um cenário de insegurança crescente.

Figura 5 – Número de Exercícios Bilaterais realizados por China e EUA no Indo-Pacífico de 2003 a 2022.



Fonte: <https://www.iiss.org/publications/strategic-dossiers/asia-pacific-regional-security-assessment-2024/chapter-1/>

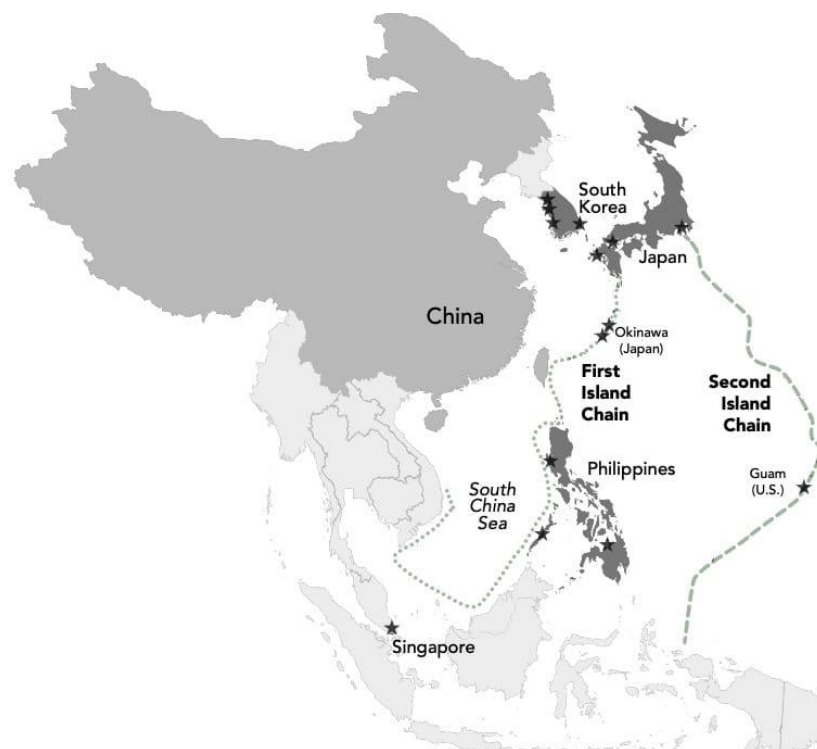
A atmosfera de tensão e insegurança instaurada pelo dilema de segurança na região reflete-se no expressivo aumento da quantidade e da complexidade dos exercícios militares realizados no Mar do Sul da China. De acordo com Xuanzun e Yuandan (2024), apenas no ano de 2023, os Estados Unidos conduziram 107 exercícios em larga escala na área e em suas imediações, incluindo nove manobras unilaterais e 98 exercícios multilaterais com países membros da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), bem como com nações extrarregionais, como Japão, Reino Unido, Índia, França, Canadá e Alemanha. Além disso, navios de guerra norte-americanos realizaram seis operações de liberdade de navegação nas ilhas e recifes da região, adentrando zonas que a China define como restritas, além de efetuarem seis passagens pelo Estreito de Taiwan. Ressalte-se ainda que Forças-Tarefa anfíbias, com porta-aviões movidos a propulsão nuclear, penetraram na área por oito vezes ao longo do referido ano. Complementando esse quadro de demonstração de força, pelo menos onze submarinos de ataque com propulsão nuclear e dois submarinos estratégicos equipados com mísseis balísticos ingressaram no Mar do Sul da China em 2023, evidenciando uma postura explicitamente dissuasória por parte dos Estados Unidos.

No que se refere às atividades de vigilância e obtenção de informações, Xuanzun e Yuandan (2024) ressaltam a crescente utilização de sistemas não tripulados em operações conjuntas com países aliados, com destaque para o emprego do drone de reconhecimento MQ-4C. Nesse contexto, foram realizadas mais de mil operações de reconhecimento aéreo por aeronaves norte-americanas, que frequentemente se aproximaram do espaço aéreo chinês a distâncias cada vez menores do litoral do país. Além disso, em 2023, a Força Aérea dos Estados Unidos conduziu 30 surtidas com bombardeiros estratégicos B-52H ou B-1B, distribuídas em 16 missões de patrulha aérea na região.

A estratégia de contenção militar norte-americana no Indo-Pacífico não se limita à realização de operações militares e ao monitoramento contínuo da região com tecnologias avançadas, mas envolve também o estabelecimento de infraestruturas estratégicas de caráter permanente. Nesse sentido, conforme apontam Foster e Clark (2024), com base no relatório *U.S. Defense Infrastructure in the Indo-Pacific* do Serviço de Pesquisa do Congresso dos EUA, datado de junho de 2023, os Estados Unidos mantêm atualmente 66 instalações militares significativas espalhadas pela região, definida como o “epicentro da geopolítica do século XXI”. Essa rede de bases abriga mais de 375 mil militares norte-americanos e constitui um elemento central da arquitetura de defesa voltada a cercar e restringir o poder chinês, além de representar ativos cruciais para assegurar a supremacia naval norte-americana, conforme demonstrado pela Figura 6 por meio da distribuição de suas principais localizações. Com esse

propósito, Washington tem negociado ativamente com nações anfitriãs o estabelecimento de novas bases, tanto em caráter permanente quanto contingente, visando apoiar eventuais operações. Desde 2011, foram asseguradas doze novas localidades para posicionamento de tropas na Austrália e nas Filipinas, ao passo que novas instalações estão em construção em Guam e no Japão. Entre os anos fiscais de 2020 e 2023, o Congresso norte-americano destinou aproximadamente 8,9 bilhões de dólares à construção e modernização de estruturas militares no Indo-Pacífico, por meio da *Pacific Deterrence Initiative*, proposta em 2020. Esses recursos vêm sendo aplicados na ampliação da presença, na melhoria das capacidades operacionais e na modernização da infraestrutura de defesa na região, com o objetivo de reforçar a prontidão para um eventual conflito com a China e garantir suporte militar efetivo aos países aliados.

Figura 6 – Localizações das principais instalações estratégicas militares dos EUA nas primeiras cadeias de ilhas do Indo-Pacífico.



Fonte: Foster e Clark (2024).

O aumento da presença militar norte-americana na região não ocorre de forma unilateral, sendo acompanhado por uma intensificação das atividades militares chinesas no Mar do Sul da China. Conforme destaca Nguyen *et al* (2024), somente no ano de 2021, a China conduziu ou planejou ao menos 51 exercícios militares na área. Entre os dias 6 e 10 de agosto

daquele ano, foram realizadas 21 manobras no Golfo de Tonkin, incluindo ao menos uma em área não autorizada nas Ilhas Paracel, território sob soberania vietnamita. Destaca-se, ainda, que a zona demarcada para esse exercício abrangia uma área de 100 km², configurando-se como a maior já estabelecida para um treinamento militar no Mar do Sul da China. Além disso, o ano de 2021 também marcou um pico de tensões no Estreito de Taiwan, quando aeronaves militares chinesas violaram o espaço aéreo taiwanês em 196 ocasiões somente no mês de outubro — sendo 149 dessas incursões concentradas em um intervalo de quatro dias, durante as comemorações do Dia Nacional da China, em 1º de outubro (Nguyen *et al*, 2024, p.5, tradução nossa).

O padrão de ostensividade militar adotado pela China foi mantido nos anos subsequentes, conforme apontam Nguyen *et al* (2024), com a realização de diversos exercícios militares ao longo de 2022. Neste ano, o principal foco das manobras chinesas foi o Vietnã. Já no início do ano, Pequim anunciou que suas operações seriam conduzidas em duas fases, entre a província de Hainan e áreas próximas ao território vietnamita, acompanhadas da imposição de uma zona de exclusão marítima que proibia a entrada de quaisquer embarcações na região delimitada. A intensificação dos exercícios unilaterais em novembro de 2022 evidenciou a postura assertiva da China em relação às suas reivindicações no Mar do Sul da China, ao mesmo tempo em que buscava intimidar os demais Estados envolvidos nas disputas. No caso específico do Vietnã, a condução de manobras militares no interior de sua Zona Econômica Exclusiva visa dificultar suas iniciativas de exploração de petróleo e gás em bacias localizadas além de seu mar territorial, configurando uma estratégia de pressão indireta sobre sua soberania energética.

Em um contexto mais recente e audacioso, Walters (2025) destaca os acontecimentos de fevereiro do corrente ano, quando navios de guerra chineses foram avistados nas proximidades da Papua Nova Guiné, além da detecção de drones em seu espaço aéreo. Pouco após esse episódio, a Marinha chinesa anunciou a realização de exercícios navais com fogo real no Mar da Tasmânia, região situada entre a Austrália e a Nova Zelândia, marcando seu primeiro registro de engajamento operacional em uma área considerada estrategicamente sensível. A súbita presença de embarcações chinesas surpreendeu ambos os países, destacando-se o fato de que as autoridades australianas só foram informadas da incursão por meio do relato de um piloto civil da companhia aérea Virgin Australia. Como resposta, as Forças Armadas australianas permaneceram em estado de alerta máximo por mais de um mês, monitorando os navios chineses que navegavam de maneira provocativa para dentro e fora de sua Zona Econômica Exclusiva, em uma derrota não anunciada ao redor do continente.

Diante do exposto, com a intensificação do dilema de segurança no Mar do Sul da China, materializado por uma espiral de militarização e rivalidade estratégica entre Pequim e Washington, observa-se uma crescente valorização das capacidades anfíbias como instrumento de projeção de poder e controle de áreas contestadas. A natureza arquipelágica da região, aliada à sua relevância geopolítica, tem impulsionado adaptações significativas nos Corpos de Fuzileiros Navais da China e dos Estados Unidos, tanto no campo material — com a incorporação de novos meios e tecnologias — quanto nos domínios doutrinário e operacional. Em ambos os casos, tais forças vêm sendo moldadas para atuar em ambientes litorâneos complexos, com foco em operações expedicionárias, ações de negação de área e desembarques em território hostil ou disputado, refletindo os desdobramentos práticos da rivalidade sino-americana em um dos principais epicentros de tensão do século XXI.

4.2 Adaptações dos Corpos de Fuzileiros Navais ao antagonismo Sino-Americano no Mar do Sul da China

A intensificação do dilema de segurança no Mar do Sul da China, resultou em uma espiral de rivalidade estratégica entre Pequim e Washington, na qual a projeção de poder marítimo e o controle de áreas contestadas tornaram-se elementos centrais. Esse contexto geopolítico estimulou transformações significativas nos Corpos de Fuzileiros Navais de ambas as potências, que passaram a reorientar suas estruturas, doutrinas e capacidades materiais para operar em ambientes litorâneos altamente disputados. Enquanto a China buscou expandir e modernizar seu Corpo de Fuzileiros Navais como instrumento de apoio às suas reivindicações territoriais e à construção de zonas defensivas em camadas, os Estados Unidos reformularam seu Corpo para atuar de forma mais distribuída, ágil e integrada aos seus sistemas de negação de área. A seguir, serão analisadas as principais evoluções dessas forças — primeiro no caso chinês e, em seguida, no modelo norte-americano —, a fim de compreender como cada uma tem moldado suas capacidades expedicionárias diante do antagonismo crescente na região.

4.2.1 A Evolução do Corpo de Fuzileiros Navais da China

O desenvolvimento de capacidades que permitissem a realização de operações anfíbias por uma força marítima confiável, voltada às necessidades de defesa da China, remonta à fundação da Marinha da República Popular da China, em 1949. No entanto, segundo aponta Li

(2023), nos primeiros anos de sua existência, essa força naval não dispunha de meios para conduzir operações de desembarque. Foi apenas diante da necessidade de atacar ilhas então controladas pela República da China — atualmente Taiwan — no Mar da China Oriental, que a Marinha chinesa organizou, em abril de 1953, o Primeiro Regimento de Fuzileiros Navais (*First Marine Regiment*), em Xangai. A unidade foi equipada com embarcações de desembarque, peças de artilharia leve, veículos anfíbios e carros de combate, conferindo-lhe mobilidade, proteção blindada e poder de fogo. Em dezembro de 1954, essa força foi expandida e reestruturada, dando origem à Primeira Divisão de Fuzileiros Navais, composta por dois regimentos de fuzileiros e um regimento de carros de combate, consubstanciando, assim, a criação formal do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Exército Popular de Libertação como tropa expedicionária de infantaria da força naval chinesa.

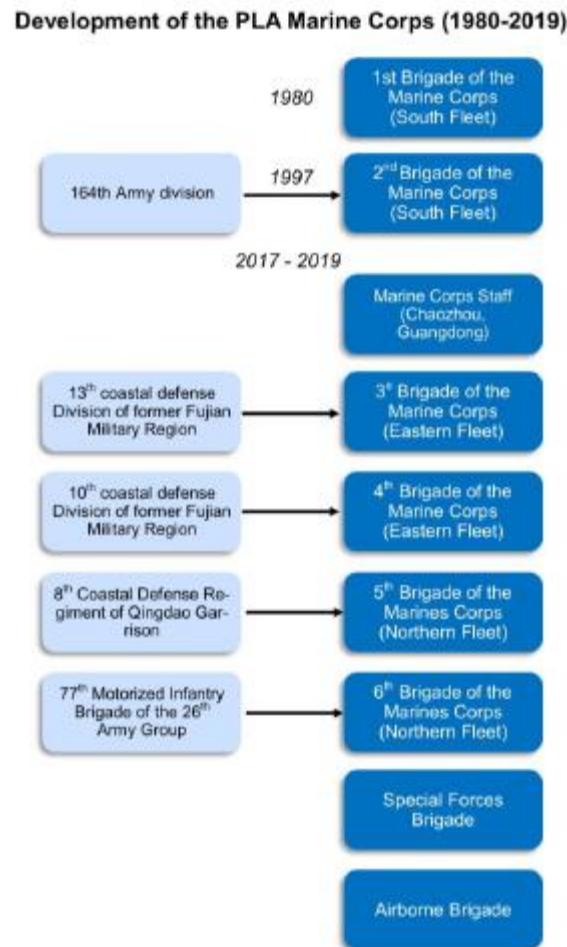
Contudo, Li (2023) afirma que uma mentalidade utilitarista por parte do governo chinês levou à dissolução da Primeira Divisão em 1957, sendo esta reorganizada como Força de Segurança de Xangai, com emprego voltado exclusivamente ao âmbito interno da China continental. Essa configuração perdurou até que a Batalha das Ilhas Paracel, em 1974, travada entre as marinhas chinesa e vietnamita do sul pelo controle do arquipélago, mudou completamente a mentalidade. Embora a China tenha saído vitoriosa e assumido o controle total das ilhas, enfrentou sérias dificuldades nas fases de desembarque, consolidação e ocupação. Isso ocorreu porque as operações foram conduzidas por oficiais e soldados do Exército, sem experiência prévia em ambiente marítimo ou operações anfíbias. Tal deficiência evidenciou a necessidade de uma força com caráter anfíbio e capacidade expedicionária, tornando urgente a reconstrução do Corpo de Fuzileiros Navais. Em resposta a esse novo panorama estratégico, em 5 de maio de 1980, o general Ye Fei restabeleceu o Corpo com a criação da Primeira Brigada de Fuzileiros Navais (*First Marine Brigade*), sediada na ilha de Hainan.

O efetivo total da Primeira Brigada, conforme destaca Li (2023), ultrapassava 5.000 militares, distribuídos em três batalhões de infantaria, um regimento de carros de combate, um batalhão de artilharia, um batalhão de viaturas anfíbias blindadas e um batalhão de reconhecimento e comunicações. A brigada também contava com diversas unidades técnicas, como defesa antiaérea, engenharia de combate, aviação de asas rotativas, mergulho, transporte e uma companhia especializada em defesa química. Em termos de equipamentos, dispunha de carros de combate T-59 e T-63, viaturas anfíbias blindadas S-77, artilharia autopropulsada de 122 mm, bem como sistemas anticarro (*Hongqi-8*) e antiaéreos (*Qianwei-1*) integrados aos batalhões de infantaria. A partir desse período, o Corpo de Fuzileiros Navais consolidou-se

como uma força estratégica voltada tanto à defesa costeira quanto à projeção de poder integrada à Formação de Manobra Conjunta da Marinha. Já na década de 1980, passou a desempenhar papel ativo em operações conjuntas, como a defesa das Ilhas Spratly, missões de apoio após terremotos e escoltas de comboios em águas oceânicas.

Seguindo sua trajetória de expansão e desenvolvimento, Julienne e Lagraulet (2022) ressaltam que, no contexto da ampliação de seu efetivo, ocorreu, em 1997, a conversão da 164ª Divisão do Exército na 2ª Brigada de Fuzileiros Navais. A partir de então, o Corpo passou a contar com duas brigadas, compostas por aproximadamente cinco mil combatentes cada. Ainda no mesmo período, destaca-se a criação, em 1995, da primeira brigada feminina, denominada “*Amphibious Overlord Flowers*”. Em uma etapa mais recente de modernização e fortalecimento da capacidade expedicionária, o Ministério da Defesa da China anunciou, em março de 2017, a ampliação substancial do Corpo de Fuzileiros Navais. Conforme o planejamento estabelecido, entre 2017 e 2019 foram incorporadas quatro brigadas adicionais de infantaria, oriundas de unidades do Exército, totalizando uma transferência de cerca de 20 mil militares. Além disso, foram integradas uma brigada de forças especiais (*Jiaolong* ou “Dragões Diluvianos”) e uma brigada de aviação de asa rotativa, elevando o efetivo total para oito brigadas, conforme ilustrado na Figura 7.

Figura 7 – Desenvolvimento do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Exército Popular da Libertação (1980-2019).



Fonte: Julienne e Lagraulet (2022, p.17).

Essa ampliação também provocou mudanças significativas na estrutura organizacional do Corpo de Fuzileiros Navais. Conforme destacado por Julienne e Lagraulet (2022), a força deixou de estar subordinada à Frota do Sul, passando a responder diretamente ao Comando de Operações Navais. Além disso, suas brigadas, antes concentradas no sul do país, passaram a ser distribuídas também pelas regiões leste e norte, com unidades estabelecidas em *Fujian* e *Shandong*, respectivamente, denotando uma maior presença e capilaridade estratégica no território chinês. A partir de 2012, sua visibilidade e popularidade foram ainda mais reforçadas com a veiculação da série televisiva *Fire Blue Blade*, que acompanha um grupo de fuzileiros navais em treinamento e em operações antipirataria. Produzida pela agência de propaganda do Departamento Político da Marinha, a série evidencia o papel da comunicação estratégica em

um contexto de necessidade premente de recrutamento, sobretudo em um campo militar reconhecidamente exigente e seletivo.

Os fuzileiros navais chineses têm ampliado significativamente seu alcance expedicionário em direção a uma projeção de poder de dimensão global, destacando-se sua participação, desde 2008, em operações antipirataria no Oceano Índico, particularmente no Golfo de Aden, bem como seu emprego na base logística estabelecida pelo Exército de Libertação Popular no Djibouti, em 2017. Contudo, Julianne e Lagrault (2022) ressaltam que, apesar dessa expansão global, a missão primária e mais imediata do Corpo de Fuzileiros Navais permanece de caráter regional: a unificação de Taiwan. Conforme relatório da Marinha taiwanesa, publicado em outubro de 2019, o efetivo estimado do Corpo foi fixado em 40 mil militares — número coerente com a ampliação do número de brigadas, promovida em 2017 — evidenciando a centralidade da projeção de poder de caráter anfíbio nas ambições geopolíticas da liderança chinesa, especialmente à luz das características de seu entorno estratégico.

No que tange às suas ambições globais, Hanson (2020) destaca a intenção de ampliação do efetivo do Corpo de Fuzileiros Navais chinês para até 100.000 militares, além da ênfase em treinamentos conduzidos nos mais diversos climas e ambientes operacionais. Tal versatilidade tem sido evidenciada por meio da participação nos exercícios conjuntos *Joint Sea*, realizados entre 2015 e 2017 em cooperação com a Marinha russa. O primeiro exercício consistiu em um desembarque anfíbio de um batalhão nas proximidades de Vladivostok, envolvendo uma companhia de fuzileiros chineses transportada em 20 embarcações de desembarque, realizado simultaneamente a um envolvimento helitransportado. Em 2016, o exercício repetiu procedimentos operacionais similares, desta vez no Mar do Sul da China. Já em 2017, o cenário foi o Mar Báltico, evidenciando a multiplicidade de ambientes de atuação e as ambições expedicionárias de longo alcance do Corpo de Fuzileiros Navais da China.

Acompanhando essas evoluções nas capacidades de pessoal e organizacionais, o desenvolvimento e a aquisição de novos materiais e equipamentos, assim como adaptações na doutrina, tornam-se imperativos. Nesse aspecto, Hanson (2020) enfatiza a construção e o comissionamento do Porta-Helicópteros Multipropósito Tipo 075, o maior navio anfíbio da China até seu lançamento, com 40.000 toneladas de deslocamento, capacidade para embarque de até 900 fuzileiros, 30 helicópteros e 12 viaturas anfíbias de combate. Em operações de desembarque, esses navios podem operar em conjunto com os Navios de Desembarque Doca Tipo 071, específicos para operações anfíbias, com capacidade para transportar um batalhão de fuzileiros navais, seus equipamentos e vetores de projeção navio-terra, como embarcações de desembarque com colchão de ar (*hovercraft*), vinte viaturas blindadas e quatro helicópteros.

A nova estrutura organizacional em oito brigadas implicou adaptações significativas na qualificação do pessoal. Conforme expõe Kennedy (2021), essas brigadas passaram a ser formadas por batalhões de armas combinadas, o que achatou a cadeia de comando. Elementos de apoio ao combate que anteriormente eram orgânicos da brigada — como reconhecimento, engenharia, carros de combate, entre outros — foram incorporados diretamente aos batalhões. Essa reconfiguração aumentou as exigências sobre os comandantes de batalhão, especialmente no tocante à capacidade de gerenciamento e ao exercício do comando e controle visando a coordenação de todas as armas. Como consequência, instituiu-se um rigoroso ciclo de qualificação para os oficiais superiores, bem como critérios mais rigorosos e refinados para sua avaliação.

No tocante aos aspectos doutrinários, Kennedy (2021) destaca o lema norteador das “Operações Multidomínio”, o qual tem direcionado o adestramento do Corpo de Fuzileiros Navais chinês para os mais diversos ambientes operacionais — desérticos, polares, montanhosos e de selva —, materializando a flexibilidade e versatilidade de suas tropas como força expedicionária de pronto emprego apta a assegurar os interesses nacionais da China no exterior e garantir resposta eficaz diante de futuras crises. Ademais, observa-se a incorporação progressiva de conceitos de Guerra de Manobra na doutrina chinesa, especialmente no que tange aos desembarques multidimensionais, realizados simultaneamente por vias marítima e aérea. Essas manobras têm como objetivo atacar áreas menos protegidas em profundidade, explorando vulnerabilidades, flanqueando o inimigo e dividindo seu sistema defensivo. Ao provocar um dilema tático, esse tipo de operação busca paralisar o ciclo decisório adversário, ampliar os efeitos operacionais e minimizar a exposição das forças terrestres.

Nesse contexto, ganha relevância a atuação da 7ª Brigada de Aviação, criada em 2017, a qual tem conduzido adestramentos com foco no emprego em áreas de retaguarda inimiga, notadamente em operações noturnas, sob silêncio rádio e voos em baixa altitude, com o propósito de evitar a detecção por radares de defesa antiaérea. Como ponto crítico, Kennedy (2021) aponta a ausência de helicópteros de ataque na dotação da brigada, o que pode comprometer a proteção das rotas de aproximação e retirada, exigindo maior coordenação e integração com a Força Aérea. Por outro lado, uma inovação destacada é o uso de navios mercantes do tipo RO-RO (*Roll-on/Roll-off*) para desembarques por superfície, ampliando significativamente a capacidade de sustentação logística em operações anfíbias. Tais adaptações doutrinárias refletem os esforços envidados pelo Corpo de Fuzileiros Navais chinês na sua transição de uma força marítima costeira para uma estrutura apta a operar de forma integrada nos domínios marítimo, terrestre e aéreo.

4.2.2 Adaptações do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA (USMC) à conjuntura no Indo-Pacífico

Diante do cenário internacional marcado pela retomada da competição entre grandes potências e pelo acelerado desenvolvimento militar de seu principal contendor, as Forças Armadas dos Estados Unidos passaram a adaptar-se a um novo panorama estratégico, com ênfase crescente na região da Ásia e do Indo-Pacífico. Nesse contexto, o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA (USMC) tem sido alvo de uma profunda reformulação. Conforme destacam Strauss, Gordinier e Byrne (2022), em julho de 2019, o 38º Comandante do USMC, General David H. Berger, assinou o documento *Force Design 2030*, marco do novo Projeto de Força. A proposta visa romper com o modelo tradicional de um Corpo com composição mais pesada, centrado na infantaria mecanizada e no emprego de carros de combate, e orienta-se para uma força mais leve, ágil e autossustentável, apta a operar em cenários austeros, com menor dependência de bases fixas e menos vulnerável à detecção adversária. O Comandante Berger manifesta sua intenção de moldar o USMC como uma força de reconhecimento e contra-reconhecimento, com foco estratégico evidente na região do Indo-Pacífico.

O *Force Design 2030* estabelece como um dos conceitos basilares na nova forma de emprego do USMC, o conceito de Operações Expedicionárias de Base Avançada (*Expeditionary Advance Base Operations* - EABO), o qual de acordo com Strauss, Gordinier e Byrne (2022) é definido pelo próprio manual da Força como:

Uma forma de guerra expedicionária que envolve o emprego de forças navais expedicionárias móveis, de baixa assinatura, persistentes e relativamente fáceis de manter e sustentar a partir de uma série de localizações austeras, temporárias, na costa ou no mar, em uma zona marítima contestada ou parcialmente contestada, com o objetivo de conduzir operações de negação de uso do mar, apoio ao controle de área marítima ou a sustentação de uma frota (Strauss, Gordinier e Byrne, 2022, p. 78, tradução nossa).

O conceito de EABO representa uma tentativa do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA de se distanciar das ações típicas de forças terrestres convencionais e de retomar sua vocação eminentemente marítima. De acordo com Strauss, Gordinier e Byrne (2022), esse conceito estimula o emprego de unidades menores de fuzileiros navais em um arquipélago disperso pelo Pacífico Ocidental, inseridas dentro da zona de engajamento dos sistemas de armas chineses. A ideia central consiste em movimentar rapidamente essas unidades leves e móveis entre diversas ilhas, dificultando sua detecção e identificação pelo inimigo, ao mesmo tempo em que passam

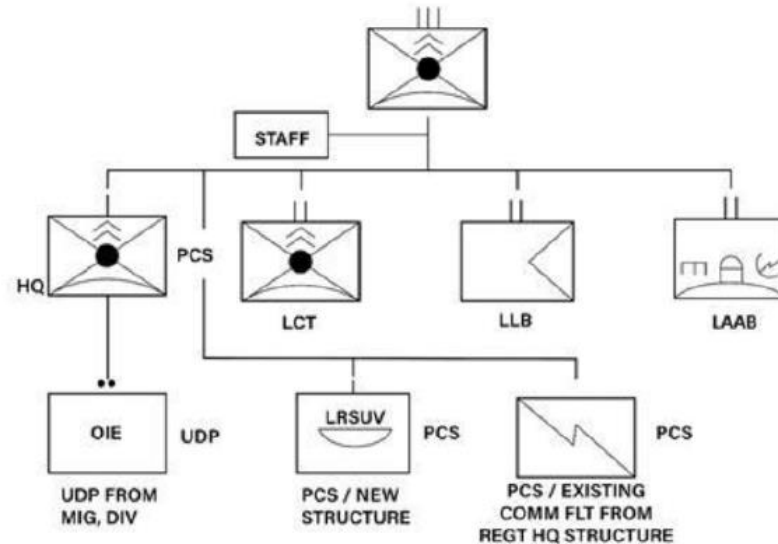
a ameaçar os sistemas de armas que poderiam impedir o acesso de forças norte-americanas ou de coalizão à região. Assim, o emprego dessas forças baseia-se na condução de operações distribuídas, com unidades de baixa assinatura e em constante deslocamento dentro da zona de engajamento adversária, visando causar um dilema decisório no inimigo e influenciar o seu pensamento, ocasionando o impedimento do uso dos seus sistemas A2/AD (*Anti-Access/Area Denial*). Ao fazê-lo, essas unidades buscam negar o uso do mar ao oponente, controlar áreas marítimas críticas e sustentar a atuação da frota, abrindo corredores de acesso para os navios de guerra e demais forças de apoio.

De forma a complementar a orientação de atuação do USMC, o *Force Design* estabelece outro conceito fundamental: o de Operações Litorâneas em Ambiente Contestado (*Littoral Operations in a Contested Environment* – LOCE). Segundo Moecher (2022), trata-se de um conceito que descreve a aplicação integrada das capacidades da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA para enfrentar ameaças emergentes em áreas litorâneas caracterizadas por uma rápida expansão em termos de profundidade, letalidade e complexidade operacional. Moecher (2022) ressalta ainda que, para a adequada aplicação dos conceitos de EABO e LOCE, impõe-se ao USMC a aquisição de novos sistemas de combate, assim como o desenvolvimento de novas técnicas, táticas e procedimentos (TTP) voltados a garantir e manter a letalidade nessas geografias remotas. Essas novas TTPs, centradas em ações de reconhecimento e contra-reconhecimento como parte de uma defesa em profundidade nos litorais, giram em torno dos recém-estabelecidos Regimentos Litorâneos de Fuzileiros Navais (*Marine Littoral Regiments* – MLR).

Os Regimentos Litorâneos, conforme abordado por Moecher (2022), são organizações por tarefas constituídas por unidades de infantaria, artilharia de mísseis e foguetes, defesa antiaérea, logística e comando e controle, otimizadas para a condução de guerra naval expedicionária em ambientes contestados. Tais regimentos são concebidos especificamente para facilitar a negação do uso do mar e prestar apoio às frotas norte-americanas ou aliadas. Os MLR são vocacionados para persistir e competir dentro da zona de engajamento das armas inimigas, conduzindo operações de negação do uso do mar por meio de três tarefas principais: vigilância e reconhecimento; alerta e engajamento antecipados, ou atuação como força de cobertura; e operações de guerra de superfície. Sua organização por tarefas, conforme observado na Figura 8, é composta por: um componente de comando (HQ) e coordenação de apoio de fogo, com capacidades de mísseis superfície-superfície antinavio; um componente de combate litorâneo (LCT), formado por um batalhão de infantaria com mísseis antinavio como apoio de fogo e um pelotão de engenharia de combate; um batalhão logístico litorâneo (LLB),

responsável por prover todo o apoio logístico em nível tático; e um batalhão litorâneo de defesa antiaérea (LAAB), composto por uma bateria de defesa antiaérea, especialistas em controle de tráfego aéreo, guias aéreos avançados e unidades logísticas de aviação.

Figura 8 – Organização doutrinária dos Regimentos Litorâneos de Fuzileiros Navais (MLR)



Fonte: Moecher (2022, p.16).

Para possibilitar o cumprimento de suas tarefas, novos sistemas e equipamentos estão sendo adquiridos e desenvolvidos com o objetivo de fornecer as capacidades necessárias a essas unidades. Nesse escopo, South (2024) destaca alguns dos principais meios: o Sistema de Interdição de Navios Expedicionários (NMESIS), composto por uma plataforma de lançamento de mísseis navais de ataque montada em uma viatura tática leve, configurando-se como uma arma terrestre antinavio concebida para o controle de área marítima e negação do uso do mar; o Sistema de Aeronave Remotamente Pilotada MQ-9 Reaper, de média a alta altitude e longa autonomia, destinado ao emprego em missões de inteligência, vigilância, reconhecimento e aquisição de alvos; o AN/TPS-80 G/ATOR (*Ground/Air Task Oriented Radar*), radar expedicionário multifuncional, capaz de ser empregado em defesa antiaérea e engajamento contra drones e mísseis de cruzeiro inimigos; e o LAW (*Light Amphibious Warship*), navio de desembarque leve e de baixa assinatura, projetado para navegação costeira e operações em cabeças de praia, com capacidade de transporte entre 75 e 125 fuzileiros navais.

No que se refere à reestruturação organizacional de pessoal, South (2024) aponta que o efetivo de um regimento de infantaria padrão é composto por cerca de 3.000 militares, enquanto os Regimentos Litorâneos contam com aproximadamente 2.100 fuzileiros navais. Ademais,

considerando que a capacidade de detecção e comunicação é tão ou até mais relevante que o poder de fogo, a companhia de comunicações do componente de comando desses regimentos é três vezes maior que a de um regimento padrão, incorporando um volume significativamente maior de tecnologias de comunicação comercial.

A organização interna dessas unidades tende a privilegiar equipes menores, compostas por militares altamente qualificados em diversas especialidades, com destaque para infantaria, comunicações, artilharia e logística. Essas transformações estruturais, tanto em termos de efetivo quanto de equipamentos, visam proporcionar o máximo de flexibilidade no emprego tático das unidades por parte de seus comandantes.

A implementação desse novo modelo teve início em 2020, com a criação do 3º Regimento Litorâneo de Fuzileiros Navais no Havaí, seguida pela ativação do 12º Regimento Litorâneo em Okinawa, no Japão, em 2023. Está prevista ainda, para 2027, a constituição de um terceiro regimento em Guam, o qual será estruturado com uma força rotativa, ao contrário dos dois primeiros, que são estabelecidos de forma permanente.

Para viabilizar essas mudanças, Strauss, Gordinier e Byrne (2022) destacam que o General Berger iniciou a desativação de três batalhões de infantaria com seus respectivos carros de combate, três esquadrões de aeronaves pesadas de asa rotativa, duas companhias de defesa antiaérea, três batalhões de serviço de polícia, entre outras unidades. O objetivo dessas medidas foi liberar recursos no orçamento do USMC para ampliar o número de baterias de mísseis e foguetes, adquirir sistemas aéreos não tripulados e reprojetar os batalhões de infantaria, incorporando viaturas de reconhecimento mais leves. Todos esses esforços visam tornar o Corpo de Fuzileiros Navais uma força mais ágil e adaptada para interromper e interditar os sistemas de negação de área e negação de acesso (A2/AD) do inimigo, bem como fornecer apoio essencial em comando, controle, comunicações, computação, cibernética, inteligência, vigilância e reconhecimento (C5ISR).

Com base na crescente militarização do Mar do Sul da China e nas transformações observadas nos Corpos de Fuzileiros Navais da China e dos Estados Unidos, é possível identificar implicações relevantes para o emprego dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) do Brasil. No caso chinês, a ampliação de capacidades A2/AD, a construção de ilhas artificiais militarizadas e o posicionamento estratégico de meios navais revelam uma postura voltada para o controle de áreas marítimas contestadas e para a projeção regional de poder. Já os Estados Unidos, por meio de reformas doutrinárias como o *Force Design 2030*, vêm promovendo uma reconfiguração de seus Fuzileiros Navais, priorizando

mobilidade, letalidade distribuída e integração com meios navais e aéreos para operações em ambientes contestados.

5 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, o presente trabalho teve como propósito analisar, sob uma ótica realista, as principais transformações e dinâmicas em curso no sistema internacional contemporâneo, a partir da ascensão da China como potência global e os desdobramentos estratégicos desta nova configuração sistêmica. Tomando como objeto de estudo o antagonismo sino-americano e, como problema central, a crescente tensão no Mar do Sul da China e suas implicações para o emprego dos Corpos de Fuzileiros Navais, buscou-se compreender não apenas as raízes teóricas e estruturais dessas mudanças, mas também seus reflexos geopolíticos, militares e institucionais, especialmente para o Brasil. A partir da investigação das causas e consequências do dilema de segurança instaurado entre China e Estados Unidos, o trabalho buscou identificar as principais adaptações materiais, doutrinárias e estratégicas implementadas por suas forças de caráter anfíbio, com vistas a extrair lições e diretrizes úteis à evolução do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil frente aos desafios impostos por um ambiente internacional mais instável, multipolar e contestado.

No primeiro capítulo, procedeu-se à fundamentação teórica do trabalho, com base nos aportes da escola realista, em especial do neorrealismo de Kenneth Waltz e do realismo ofensivo de John Mearsheimer. Abordou-se o sistema internacional enquanto estrutura anárquica, na qual os Estados atuam guiados pela lógica da autoajuda, da maximização de poder e da busca por sobrevivência. Enfatizou-se a centralidade do conceito de equilíbrio de poder, bem como o papel da desconfiança e da opacidade nas relações interestatais. Nesse contexto, introduziu-se a Armadilha de Tucídides, proposta por Graham Allison, como lente explicativa para entender as dinâmicas de competição entre potências emergentes e estabelecidas. A análise de casos históricos como as rivalidades entre Atenas e Esparta, Inglaterra e Alemanha, e Estados Unidos e Japão demonstrou como ascensões abruptas costumam provocar reações defensivas que, muitas vezes, culminam em conflitos abertos. Concluiu-se que a lógica sistêmica impõe restrições severas à cooperação entre Estados e que, diante de alterações no equilíbrio de poder, a guerra torna-se não apenas possível, mas muitas vezes provável, sobretudo quando não existem mecanismos eficazes de acomodação.

O segundo capítulo dedicou-se à análise da ascensão chinesa como potência global e de seus impactos estruturais no sistema internacional. Partindo de uma abordagem histórica, econômica e tecnológica, foram explorados os marcos da transformação chinesa desde a Revolução Comunista de 1949, passando pelas reformas de Deng Xiaoping, até o atual projeto de projeção global sob a liderança de Xi Jinping. O capítulo destacou o papel da estratégia

desenvolvimentista estatal, da Iniciativa *Belt and Road* (BRI) e da modernização das Forças Armadas, em especial da Marinha, como vetores da projeção internacional da China. Demonstrou-se que o país não apenas atingiu uma posição central nas cadeias globais de valor, mas também desponta como potência científica e tecnológica, desafiando diretamente a liderança americana em setores-chave como inteligência artificial, 5G e computação quântica. A análise evidenciou que a ascensão chinesa possui natureza dual: econômica e geopolítica, materializando-se em uma disputa por influência, narrativas e padrões normativos que redesenha os contornos da ordem internacional vigente. Concluiu-se que, embora ainda enfrente resistências e contramedidas por parte dos Estados Unidos, a China já assumiu o papel de principal rival estratégico da superpotência ocidental, promovendo um deslocamento no eixo de poder global em direção à Eurásia.

No terceiro capítulo, examinou-se a crescente militarização do Mar do Sul da China como expressão mais concreta do antagonismo entre China e Estados Unidos, com especial atenção às implicações para os Corpos de Fuzileiros Navais. Analisou-se o processo de ocupação e fortificação de ilhas por parte da China, a resposta norte-americana por meio de operações de liberdade de navegação e o subsequente ciclo de ação e reação que caracteriza o dilema de segurança na região. A presença de atores extrarregionais, o fortalecimento de alianças militares como o QUAD e o AUKUS, bem como o aumento exponencial dos exercícios militares, foram interpretados como indícios de uma crescente congestão estratégica no Indo-Pacífico. Nesse cenário, destacou-se a importância crescente das capacidades anfíbias e expedicionárias, tanto na doutrina chinesa quanto na norte-americana, com destaque para a modernização de meios, o desenvolvimento de sistemas A2/AD e a reformulação dos corpos de fuzileiros para operar em ambientes litorâneos contestados. Concluiu-se que o Mar do Sul da China tornou-se um laboratório geoestratégico no qual se desenrola, em tempo real, a disputa por hegemonia global entre as duas principais potências do século XXI, com impactos diretos na forma como os Estados planejam, organizam e empregam suas forças anfíbias.

Dentre as principais conclusões deste estudo, ressalta-se que a rivalidade sino-americana, materializada no Indo-Pacífico, oferece lições relevantes ao Brasil e, em particular, ao Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). Para o Brasil, cuja Estratégia Nacional de Defesa atribui ao CFN a responsabilidade de garantir a presença e a projeção de poder sobre ilhas oceânicas e regiões estratégicas da Amazônia Azul, tais desenvolvimentos sugerem a necessidade de revisão contínua de conceitos, estruturas e capacidades.

No campo material, este antagonismo evidencia a importância de dotar os Fuzileiros Navais brasileiros com meios modernos de sensoriamento, comunicação segura e efetiva,

inclusive adaptada de plataformas comerciais, mísseis costeiros e sistemas de defesa aérea de curto alcance, capazes de operar em regiões isoladas, litorâneas ou insulares, como as presentes na Amazônia Azul. Já no que tange à doutrina, as principais adaptações observadas nos fuzileiros chineses e norte-americanos sugerem a necessidade de revisão nos conceitos de emprego do CFN, especialmente em relação às tarefas de controle de área marítima, negação de uso do mar e defesa de ilhas oceânicas. A China, por meio da militarização de recifes e da criação de zonas defensivas em camadas, buscou ampliar sua profundidade estratégica e capacidade de antecipação. Os EUA, por sua vez, reformularam suas doutrinas para privilegiar a dispersão de pequenas unidades em posições chave, capazes de operar de modo autônomo e coordenado para negar o uso do mar a forças adversárias. Para o CFN, isso implica incorporar uma lógica de emprego distribuído, com ênfase em operações conjuntas com a Esquadra e a Aviação Naval, além de adestramento específico para missões em arquipélagos e plataformas isoladas, garantindo presença e resposta rápida em áreas remotas de interesse nacional. Essas mudanças demandam não apenas meios e equipamentos adicionais, mas uma cultura organizacional e operacional voltada à guerra expedicionária em ambiente contestado.

Contudo, mais do que propor uma transposição direta de modelos estrangeiros, este trabalho destaca a importância de fomentar novos horizontes de pesquisa e desenvolvimento que considerem as particularidades do entorno estratégico brasileiro. Investigações futuras devem explorar de forma mais aprofundada a viabilidade de incorporar elementos inspirados nas reformas chinesas e norte-americanas às necessidades específicas do Brasil. A compreensão e adaptação dessas tendências emergentes podem subsidiar a modernização doutrinária e material do CFN, consolidando-o como instrumento versátil e eficaz para a defesa dos interesses nacionais no mar.

Por fim, destaca-se que a ascensão chinesa representa o mais profundo e abrangente desafio à ordem internacional liderada pelos Estados Unidos desde o fim da Guerra Fria. Sua natureza estrutural, combinando crescimento econômico, inovação tecnológica, projeção militar e diplomacia geoeconômica, impõe uma reconfiguração do sistema de alianças, dos padrões de governança global e das estratégias de defesa adotadas pelos Estados. O Mar do Sul da China tornou-se o epicentro dessa transição, materializando as tensões entre uma potência emergente determinada a reformular a ordem vigente e uma potência estabelecida disposta a preservar sua primazia. No que se refere ao Brasil, e mais especificamente ao Corpo de Fuzileiros Navais, os desdobramentos desse cenário exigem uma postura atenta e adaptativa. A crescente centralidade das operações anfíbias em teatros litorâneos contestados, aliada à importância estratégica do Atlântico Sul e da Zona Econômica Exclusiva para o

desenvolvimento nacional, impõe a necessidade de revisão doutrinária, modernização de meios e capacitação tecnológica dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. O aprendizado derivado da rivalidade sino-americana e das adaptações de suas forças de caráter anfíbio oferece subsídios valiosos para a evolução da doutrina brasileira, permitindo a construção de uma força capaz de atuar com prontidão, flexibilidade e letalidade nos mais diversos cenários. Ao compreender que os mares voltarão a ser palco central das disputas do século XXI, o CFN do Brasil deve se antecipar às transformações em curso e posicionar-se como vetor estratégico da defesa nacional e da projeção de poder marítimo no hemisfério sul.

REFERÊNCIAS

ALLISON, G. **A caminho da guerra: Os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da armadilha de Tucídides?** Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2020.

ARON, R. **Pensar la Guerra, Clausewitz II. La era planetaria.** Córdoba: Instituto de Publicaciones Navales, 1987.

ASUQUO-EKPO, B. China's Economic, Military, Science and Technological Emergence in International Politics: Implications for United States' Hegemony. **World Journal of Advanced Research and Reviews**, v. 22, n. 3, p. 804–814, 2024.

BABAR, S. I.; KHAN, A. M. Chinese military modernization under Xi: Harbinger of a new great powers rivalry. **Asia-Pacific-Annual Research Journal of Far East & South East Asia**, v. 40, p. 43-63, 2022.

BALASUBRAMANIAM, T. K.; MURUGESAN, A. K. China's Rising Missile and Naval Capabilities in the Indo-Pacific Region. **Journal of Indo-Pacific Affairs**, v. 3, p. 98-111, 2020.

BEESON, M.; CRAWFORD, C. Putting the BRI in Perspective: History, Hegemony and Geoeconomics. **Chinese Political Science Review**, v. 8, n.1, p. 45–62, 2022.

BRZEZINSKI, Z. **Second Chance: Three presidents and the crisis of American superpower.** London, England: Basic Books, 2007.

BUDIANA, M.; BUDIMAN, B. Sovereignty Dynamics In The US-China Geopolitical Conflict In The South China Sea. *Jurnal Sosial Sains dan Komunikasi*, v. 3, n. 01, p. 29-37, 2024.

BULL, H. **Sociedade Anárquica: Um estudo da ordem na política mundial.** Clássicos IPRI 5ª Ed. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CARR, E.H. **Vinte anos de crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais.** Clássicos IPRI 2ª Ed. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2001.

COHN, L. **Showdown in the Spratleys: How Economics Drives China's Claims in the South China Sea** – Michigan Journal of Economics. Disponível em: <<https://sites.lsa.umich.edu/mje/2024/01/31/showdown-in-the-spratleys-how-economics-drives-chinas-claims-in-the-south-china-sea/>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

FOSTER, J. B.; CLARK, B. **Imperialism in the Indo-Pacific—An Introduction.** 01 jul. 2024. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2024/07/01/imperialism-in-the-indo-pacific-an-introduction/>>. Acesso em: 29. jul. 2025.

FRAVEL, M. T.; GLASER, C. L. How much risk should the United States run in the South China Sea?. **International Security**, v. 47, n. 2, p. 88-134, 2022.

FUKUYAMA, F. The end of history ?. **The National Interest**, n.16, p.3-18, 1989.

GLOBAL FIREPOWER. **2025 China Military Strength**. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.php?country_id=china>. Acesso em: 27 jul. 2025.

HANSON, M.A. **China's Marine Corps Is on the Rise**. U.S Naval Institute. Abril 2020. Disponível em: <<https://www.usni.org/magazines/proceedings/2020/april/chinas-marine-corps-rise>>. Acesso em: 29 jul. 2025.

HASSAN, T. South China Sea Security Dilemma an Epicentre of great Power Competition. National University of Modern Languages, 2022.

HOBBSBAWM, E.J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JABBOUR, E.; GABRIELE, A. **China: O Socialismo do Século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

JAMALI, A.B; HUSSAIN, M.; LIU H. Chapter 17 US-China Competition: Framing New Security Architecture in the Asia-Pacific Region. In: SAHAKIAN, M. (Ed.). Routledge Handbook of Chinese and Eurasian Relations. New York: Taylor & Francis, p.276-290, 2024.

JOLLY, D. **China as a technological superpower**. Asia Focus. Institut de Relations Internationales et Stratégiques, 30 jan. 2025. Disponível em: <<https://www.iris-france.org/en/china-as-a-technological-superpower/>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

JULIENNE, M.; LAGRAULET, C. **Modernizing the People's Liberation Army: The Human Factor**. French Institut of International Relations. 11 out 2022. Disponível em: <<https://www.ifri.org/en/papers/modernizing-peoples-liberation-army-human-factor>>. Acesso em: 27. jul. 2025.

KARKI, H. S. Navigating China's Military Modernization. **Unity Journal**, v. 4, n. 01, p. 31–51, 2023.

KENNEDY, Conor. China Maritime Report No. 15: The New Chinese Marine Corps: A "Strategic Dagger" in a Cross-Strait Invasion. China Maritime Studies Institute. 2021.

KISSINGER, H. **On China**. Harlow, England: Penguin Books, 2011.

KRAUTHAMMER, C. The Unipolar Moment. **Foreign Affairs (Council on Foreign Relations)**, v. 70, n. 1, p. 23-33, 1990.

LEE, B. T. F.; BETTANI, S. A.; SIMS, J. P. Rise of China: Hegemony or harmony?. **Chinese Political Science Review**, v. 9, n. 3, p. 381-417, 2024.

LEE, B. T. F.; SIMS, J. P.; LEE, Y. Navigating the Security Dilemma in the South China Sea: Lessons from Israeli-Palestinian and Russo-Ukrainian Conflicts. Edited Volume on The Dynamics in the Indo-Pacific: From Geopolitics and Geoeconomics Perspectives, p. 61-72, 2024.

LI, X. **China's New Navy: The Evolution of PLAN from the People's Revolution to the 21st Century Cold War**. Annapolis, Maryland: Naval Institute Press, 2023.

MCBRIDE, J.; BERMAN, N.; CHATZKY, A. **China's Massive Belt and Road Initiative**. Disponível em: <<https://www.cfr.org/backgrounder/chinas-massive-belt-and-road-initiative>>. Acesso em: 27 jul. 2025.

MEARSHEIMER, J. J. The gathering storm: China's challenge to US power in Asia. **The Chinese journal of international politics**, v. 3, n. 4, p. 381-396, 2010.

MEARSHEIMER, J. J. **The tragedy of great power politics**. Nova York: WW Norton, 2001.

MOECHER, Patrick J. Analysis and assessment of lethality and survivability for the Marine Littoral Regiment. 2022. Tese de Doutorado. Monterey, CA; Naval Postgraduate School.

MORGENTHAU, H. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Clássicos IPRI 9^a Ed. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NGUYỄN, A.C. *et al.* Explaining the increase of China's power in the South China Sea through international relation theories. **Cogent Arts and Humanities**, v. 11, n. 1, p.1-16, 2024.

S EZEANYIKA *et al.* China's Economic Diplomacy and Soft Power Strategy. v. 32, n. 3, p. 202–226, 2024.

SCOBELL, A. The South China Sea and U.S.-China Rivalry. **Political Science Quarterly**, v. 133, n. 2, p. 199–224, 2018.

SIMONS, G. Chapter 2 US-China Competition in Eurasia: Actions and Reactions in a Multipolar World Order 2.0. In: SAHAKIAN, M. (Ed.). **Routledge Handbook of Chinese and Eurasian Relations**. New York: Taylor & Francis, p.40-58, 2024.

SMURA, T. Modernization of the Chinese People's Liberation Army and Its Impact on the Security of the Indo-Pacific Region. Arab Center for Research and Policy Studies. 2024.

SOUTH, T. **In China's backyard: The new Marine regiments changing the fight**. 13 Mai. 2024. Disponível em: <<https://www.marinecorpstimes.com/news/your-marine-corps/2024/05/13/in-chinas-backyard-the-new-marine-regiments-changing-the-fight/>>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SOUTH, T. **New in 2024: Marines build 3rd Littoral Regiment to fight peer threats**. 2 jan. 2024. Disponível em: <<https://www.marinecorpstimes.com/news/your-marine-corps/2024/01/02/new-in-2024-marines-build-3rd-littoral-regiment-to-fight-peer-threats/>>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SPRUYT, H. **The sovereign state and its competitors: An analysis of systems change**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2020.

STRAUSS, L.; GORDINIER, R.; BYRNE, M. US Marines and NATO's northern flank. **Arctic Review on Law and Politics**, v. 13, p. 72-93, 2022.

TAYANE, S.; RAHMOUNI, F. N. The Shift of Power in the International System: The Role of New Determinants of Power in China's Rise in the 21st Century. *المجلة الجزائرية للأمن والتنمية*, v. 14, n. 1, p. 151-165, 2025.

TEIXEIRA, V. A. G. The Hegemony's Contest in the South China Sea. **SAGE Open**, v. 11, n. 3, p. 1-15, 2021.

VAISSE, M. **As Relações Internacionais desde 1945**. Lisboa: Edições 70, 1995.

WALLIS, J. *et al.* Framing China in the Pacific Islands. **Australian Journal of International Affairs**, v. 76, n. 5, p. 522–545, 2022.

WALTERS, R. **China's military expansion in the Southwest Pacific – GIS Reports**. 15 jul. 2025. Disponível em: <<https://www.gisreportsonline.com/r/china-military-expansion-2/>>. Acesso em: 29 jul. 2025.

WALTZ, K. N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Editora Gradiva, 2008.

XUANZUN, L.; YUANDAN, G. **US military ramps up activities in S.China Sea, risking conflicts: report - Global Times**. 22 mar 2024. Disponível em: <<https://www.globaltimes.cn/page/202403/1309354.shtml>>. Acesso em: 29 jul. 2025.

ZHANG, S. Rise of China and its behaviours in the South China Sea: an analysis of defensive realism perspective. **Liberal Arts and Social Sciences International Journal (LASSIJ)**, v. 6, n. 1, p. 286–306, 2022.